



# POUSADA DE VISEU

## METAMORFOSE E RECICLAGEM DE UMA MEMÓRIA

Daniela Alexandra Nogueira Santos

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura  
Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências  
e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Orientação do Professor Doutor Rui Pedro Mexia Lobo.

Co-orientação da Arquitecta Susana Luísa Mexia Lobo.

Julho de 2012



# POUSADA DE VISEU

METAMORFOSE E RECICLAGEM DE UMA MEMÓRIA





«Recuperação e criação serão complemento e não especialidades passíveis de tratamentos autónomos. Reconhecer-se-á que não se inventa uma linguagem. Reconhecer-se-á que a linguagem se transforma para se adaptar à realidade e para lhe dar forma. Tudo será reconhecido como património colectivo e, nessa condição, objecto de mudança e de continuidade.»<sup>1</sup>

<sup>1</sup> SIZA, Álvaro Siza apud COSTA, Alexandre Alves – *O Património entre a Aposta Arriscada e a Confidência Nascida da Intimidade*. p.128.



## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Rui Lobo e à Arquitecta Susana Lobo pela orientação deste trabalho.

Ao Professor Arquitecto Gonçalo Byrne pelas várias conversas e por toda a disponibilidade demonstrada.

Ao Dr. Henrique Almeida da Santa Casa da Misericórdia de Viseu e à Dra. Vera Magalhães pela cooperação e simpatia.

À minha mãe pelo carinho e ao meu pai pelo entusiasmo. Aos dois pelo apoio incondicional e por serem a base de tudo aquilo que sou.

Aos amigos e companheiros destes anos de trabalho e (bastante) diversão por todos os momentos inesquecíveis.

Ao Eduardo pelas mil opiniões, pela força e pela insistência.

A seguinte dissertação não segue o novo Acordo Ortográfico.



## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>1. PRESERVAR UMA MEMÓRIA E ENCETAR UM NOVO CICLO</b>	<b>15</b>
1.1. Centros Históricos: as memórias abandonadas	17
1.2. Solução: do desuso à reciclagem	25
1.3. Pousadas de Portugal: do albergue ao hotel de charme	37
1.3.1. Três pousadas: três arquitectos. Três pousadas: um arquitecto.	51
<b>2. HOSPITAL DA MISERICÓRDIA DE VISEU</b>	<b>63</b>
2.1. Misericórdias, sociedade e urbanidade	65
2.2. Projecto, construção e desenvolvimento	71
<b>3. POUSADA DE VISEU</b>	<b>89</b>
3.1. Processo: estudos preliminares e programa	91
3.2. Conceito: pensamentos e opções	97
3.3. Projecto: obra e detalhes	107
3.4. Apropriação: uma nova vida	115
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>121</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>125</b>
<b>FONTE DAS IMAGENS</b>	<b>135</b>
<b>ANEXOS</b>	
A I: Junta das Obras Públicas: Requerimento [manuscrito]	145
A II: Entrevista a Gonçalo Byrne	151
A III: Entrevista a Vera Magalhães	187
A IV: Desenhos do projecto de execução (Demolições)	13 f.
A V: Desenhos do projecto de execução	16 f.
A VI: Pormenores	5 f.



## INTRODUÇÃO

A prática da arquitectura, enquanto elemento participativo no processo dinâmico da cidade, deverá ser um motor propulsor do seu desenvolvimento. O projecto enquadra um diálogo entre o antes e o depois, do qual nasce uma nova realidade. Deste modo, esboçar sobre o construído introduz o dinamismo necessário para que os factos urbanos mantenham a sua continuidade. Importa, pois, agir sobre o património, reabilitando-o e reintroduzindo-o no ciclo de usos da sociedade actual. Preservar uma memória passada e projectar a sua presença para um tempo futuro, servindo-se das transformações necessárias, será a abordagem regularmente enunciada no seguinte trabalho.

Para tal reflexão, a Pousada de Viseu, projecto de reabilitação do antigo Hospital da Misericórdia pelo Arquitecto Gonçalo Byrne, será o objecto de estudo central, onde se procurará perceber qual a linha de pensamento projectual tida em conta. O diálogo entre dois tempos, um pretérito e outro necessariamente futuro, pretende-se pacífico, tomando como ponto de partida a forma pré-existente e considerando-a esqueleto substancial da intervenção.

A escolha desta obra como elemento a documentar, surge do interesse que tenho pela mesma, como intervenção que vem devolver à cidade de Viseu, da qual sou natural, uma estrutura de carácter patrimonial que se encontrava à mercê dos danos provocados pelas acções temporais. A admiração pessoal de ver renascer nesta estrutura obsoleta a nova função de Pousada de Portugal, constitui a motivação essencial para o desenvolvimento deste trabalho.

De igual modo, a não existência de qualquer publicação de tipo monográfica sobre a Pousada de Viseu, vem fundamentar a sua exposição, não apenas por meio de palavras mas igualmente com base em desenhos de projecto e fotografias de alta relevância para a documentação e compreensão da proposta.



No entanto, refiram-se dois trabalhos académicos que exploram o tema da adaptação de edifícios de carácter histórico para integrar o programa de Pousada – “Património: Intervir ou Interferir? - Sta. Marinha da Costa e Sta. Maria do Bouro” de Raquel Maria Filipe Álvares Guedes Vaz e “Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património” de Cátia Filipa Fidalgo de Sousa Venda.

A publicação de Susana Lobo, “Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX”, constitui obra fundamental para a compreensão da história das Pousadas, desde os primeiros exemplos dos anos 40 às pousadas no Património dos anos 90.

Sobre o antigo Hospital da Misericórdia de Viseu, realce-se a publicação de Vera Magalhães, “O Hospital Novo da Misericórdia de Viseu: Assistência, Poder e Imagem” que, extensamente, descreve todo o processo que levou à construção desta unidade hospitalar, comprando-a com outros edifícios de tipologia idêntica e desenvolvidos na mesma época pela Europa.

Revelou-se crucial a entrevista ao Arquitecto Gonçalo Byrne, naturalmente, centrada no projecto para a Pousada de Viseu e nas questões relacionadas com a intervenção no património, a qual foi material base para a documentação da obra. Do mesmo modo, a entrevista a Vera Magalhães sobre a reutilização da estrutura do antigo hospital, aprofundadamente estudado pela mesma, permite referir a apreciação do ponto de vista do historiador, na última parte deste trabalho.

A primeira parte desta dissertação constitui uma reflexão sobre a crescente necessidade de acção sobre os centros históricos e da sua refundação. Ainda que o desvigoramento dos centros históricos das nossas cidades seja uma realidade, a verdade é que o rumo ao abandono começa a inverter-se, para que não se percam memórias identitárias de uma sociedade de outrora. Preservar essas reminiscências, dar continuidade à narrativa que lhes está associada, justifica a sua intervenção, para que o seu *utilitas* não se perca, antes se reinvente. Também aqui – e já que a obra posteriormente documentada se trata de uma Pousada – se fará uma breve referência à evolução histórica das Pousadas de Portugal, desde o albergue ao hotel de luxo, a qual rematamos com as de intervenção no Património. Realçam-se as três “filhas” da intervenção de Távora em Santa Marinha: Flor da Rosa, Nossa Senhora da Assunção e Santa Maria do Bouro. Três pousadas com três autorias e abordagens diferentes. Aqui parecia interessante relacionar estas três obras, dos anos 90, com as três propostas de Pousada para Viseu, Estoi e Cascais, já do séc. XXI, todas elas do Arquitecto Gonçalo Byrne.



A segunda parte reúne o processo da obra Pousada de Viseu, desde a história da pré-existência que viria a acolher esta unidade hoteleira, às considerações sobre esta apropriação para uma nova vida. Primeiramente, faz-se uma breve abordagem à história do antigo Hospital da Misericórdia de Viseu, desde a data em que recebe os primeiros doentes, em 1842, até ao momento em que se revelou totalmente esgotado enquanto edifício hospitalar, em 1997, e, a partir do qual, se iniciou o seu processo de abandono. Seguidamente, apresenta-se a abordagem do Arquitecto Gonçalo Byrne neste projecto. A obra é apresentada numa descrição da sua organização espacial, condicionada pelas espessas paredes de granito deixadas pela pré-existência. A compreensão da linha de pensamento traçada pelo arquitecto será fundamental para o entendimento dos compromissos assumidos pelo mesmo. Finalmente, surge um conjunto de apreciações sobre esta intervenção, onde se declara, abertamente, o sucesso da reutilização desta estrutura hospitalar para lhe atribuir novas funções.





PRESERVAR UMA MEMÓRIA  
E ENCETAR UM NOVO CICLO

Fr. Enquadramento do centro histórico de Viseu.



## 1.1 CENTROS HISTÓRICOS: AS MEMÓRIAS ABANDONADAS

«Um edifício não se torna «histórico» senão na condição de ser entendido como pertencendo simultaneamente a dois mundos, um presente e imediatamente dado, o outro passado e inapropriável.»<sup>2</sup>

O decréscimo populacional dos centros históricos portugueses e o seu conseqüente despovoamento é inquietante. Na generalidade, a tendência dos centros históricos tem sido para a desvigorização, tanto na disputa com outras centralidades, como no seu esmorecimento enquanto referência cultural da dignidade urbana. Este é um problema emergente nos temas da discussão pública, sendo urgente uma intervenção criteriosa nos nossos centros históricos que permita, antes de mais, estagnar a degradação e desqualificação ambiental, revitalizando a componente económico-social como base defensiva da história e das memórias destes pedaços de cidade.

As cidades têm mudado nos últimos dois séculos, com a revolução que a era industrial trouxe aos sistemas económicos da produção. Com a revolução industrial veio a rápida decadência da actividade artesanal e do pequeno comércio – elementos identitários das próprias cidades – e a apressada afluência de pessoas aos novos grandes centros. Criam-se novos aglomerados urbanos, nas periferias dos ditos centros históricos, que albergam aquela população “imigrada”, imergidos num modo de estar cosmopolita e num forte apelo ao consumo. Assim, por «centro histórico» entenda-se um conjunto de construções que, pela sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, lhe conferem um interesse singular pelo seu valor histórico e/ou artístico; comumente está associado à parte da cidade cuja estruturação remonta ao período anterior à era da indústria e precedente ao

<sup>2</sup> CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Património*. P. 162.



tráfico mecanizado. Na verdade, «o centro histórico é (...) a cidade pré-industrial, apenas porque estruturalmente é diferente da cidade industrial, [colocando-se] o problema da relação entre centro histórico, cidade pré-industrial, e aquela que, pelo menos provisoriamente, chamamos a cidade da época industrial.»<sup>3</sup> Efectivamente, a cidade industrial da periferia tende a associar-se ao prestígio e à identidade do centro histórico, presumivelmente para uma maior facilidade de acesso a serviços institucionais.

Instintivamente associamos o centro histórico de uma cidade à sua parte mais antiga, onde os edifícios insistem em permanecer e impor o seu valor – seja ele um valor histórico-cultural ou simplesmente o que o passar do tempo lhe impõe. E são estas permanências que nos evidenciam a «diferença entre passado e futuro, sob o ponto de vista da teoria do conhecimento»<sup>4</sup>, verificando que «o passado é, em parte, experimentado agora, e que, sob o ponto de vista da ciência urbana, pode ser este o significado a dar às permanências»<sup>5</sup>.

O conceito de antiguidade e de monumento enquadram-se nesta noção de permanência, que se pretende inalterada. Interpretamo-los mecanicamente numa alusão ao passado histórico, como marcos de um conjunto de factos proeminentes de uma determinada sociedade e da sua forma de estar e pensar. Françoise Choay, em «A Alegoria do Património», analisa atentamente o desenvolvimento do conceito e «a consagração do monumento histórico»<sup>6</sup>, remetendo-o, analogamente, a um tempo pretérito. Será inerente ao monumento o valor de antiguidade, como reflexo do tempo transcorrido, «pela história e pela arte, pelo ser e pela memória»<sup>7</sup>, através dos quais descobrimos «aquilo que a cidade foi [e] tudo aquilo em que o seu passado difere do presente.»<sup>8</sup>

No entanto, entenda-se que a classificação do património cultural não integrará apenas a categoria de monumento, estendendo-se também a conjuntos arquitectónicos urbanos ou rurais – que coesamente e pela sua integração na paisagem demonstram o seu valor histórico – e a sítios – referentes a obras do homem e da natureza que, pelas suas características, se tornam notáveis e interessantes, devendo ser protegidos. Compete ao IGESPAR (Instituto

3 «il centro storico è (...) la città preindustriale proprio perché strutturalmente diversa dalla città industriale, si pone il problema della relazione tra centro storico, città preindustriale e quella che, almeno provvisoriamente, chiamiano la città dell'epoca industriale.» (ARGAN, Giulio Carlo – *Il concetto di «centro storico»*. p. 16)

4 ROSSI, Aldo – *A Arquitectura da Cidade*. P. 75.

5 *Ibid.*

6 CHOAY, Françoise – [op. cit.]. P. 135-188.

7 ROSSI, Aldo – [op. cit.]. p. 77.

8 *Ibid.* p. 76.



de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico)<sup>9</sup> definir as regras e as directrizes para a classificação, inventariação e protecção do Património Português, procurando a óptica da integridade e da autenticidade histórico-cultural, estético-social e técnico-científica.

Por outro lado, e segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística), «em Portugal, como na maioria dos países europeus, é clara a passagem do paradigma centrado na carência quantitativa (direito a habitação) para a carência qualitativa, pressupondo já um relativo equilíbrio entre a oferta e a procura de habitação.»<sup>10</sup> Temos habitação em demasia e pouco qualificada. E, aparentemente, as intervenções de reabilitação do edificado existente tem vindo a decair, já que, relativamente a 2009, o número de edifícios reabilitados diminuiu em 1,1%. As estatísticas ainda nos dizem que, esta quebra, vem já desde 2003.

Não deveriam ser os centros históricos, enquanto legado de uma identidade urbana, os primeiros a serem intervencionados, em contraponto às novas construções imobiliárias? Não deveria ser este o verdadeiro centro económico-social, instrumento urbano de desenvolvimento, das actividades diárias cidadinas? É, realmente, entristecedor assistir ao crescente desuso do casario dos nossos centros históricos, consequência da sua desertificação, levando ao desaparecimento da agitação que lhe era característico. Abandonam-se edifícios e, com eles, as suas histórias remissivas; perdem-se memórias – ditas colectivas e habitualmente dinâmicas – no «paralelo estabelecido entre a vida das pessoas na actualidade e a vida passada naquela cidade»<sup>11</sup>.

No pretérito pré-industrial, analisando o centro das cidades, afirmamos que «as actividades principais, as actividades dominantes e caracterizadoras, eram actividades culturais.»<sup>12</sup> Urge a criação de um sistema que programe a revitalização destas áreas e a transformação desta realidade urbana. Não se trata de envolver o centro histórico numa redoma, onde se conservam os pequenos artesanatos ou

9 O IGESPAR é um Instituto Público português, criado em 2006, através da fusão do Instituto Português do Património Arquitectónico e do Instituto Português de Arqueologia. De acordo com a Lei Orgânica (Decreto-Lei nº 96/2007, de 29 de Março, Art.º 21-1) «tem por missão a gestão, a salvaguarda, a conservação e a valorização dos bens que, pelo seu interesse histórico, artístico, paisagístico, científico, social e técnico, integrem o património cultural arquitectónico e arqueológico classificado do País.»

10 Consultar as “Estatísticas da Construção e Habitação – 2010” em [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=123674274&PUBLICACOESstema=55534&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=123674274&PUBLICACOESstema=55534&PUBLICACOESmodo=2)

11 *Entrevista a Gonçalo Byrne*. Anexo II, p. 159.

12 «(...) le attività principali, le attività dominanti e caratterizzanti, erano attività culturali.» ARGAN, Giulio Carlo – [op. cit.]. p. 21.

F2.

F3.

F4. Degradação do centro histórico de Viseu na actualidade.





o comércio que servia outra época e outras necessidades; ambicionamos, antes, «uma evolução, um desenvolvimento, uma transformação»<sup>13</sup> destas estruturas. A cidade de Viseu – já que o edifício mais à frente exposto integra esta cidade – não será um caso de excelência, onde a exceção a esta realidade se verifique. Apesar das operações da SRU local (Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu) e das escassas intervenções de particulares – creio por falta de suporte económico –, a realidade mostra-nos um centro histórico vazio de rebuliço urbano, onde o esquecimento e o abandono levam consigo a identidade histórica e a memória de outros tempos áureos.

13 «Noi vogliamo una evoluzione, uno sviluppo, una trasformazione» *Ibid.*



## 1.2 SOLUÇÃO: DO DESUSO À RECICLAGEM

Assistimos ao longo da história às constantes transformações a que a arquitectura é sujeita, tanto em sobreposição de formas, como em alteração de funções, acumulando-lhe novos significados; transformações estas que permitem prolongar a vida de uma estrutura, de uma tectónica, e que procuram preservar consigo memórias e culturas de outro tempo.

Quando consideramos uma estrutura designada de Monumento, estamos a remeter para uma estrutura que nos transmite uma recordação de alguém ou de um facto que queremos memorizar através dos tempos. Como se fixássemos um “momento” algo extraordinário, marco de uma cultura ou de uma época, numa estrutura física de constante evocação. Neste sentido, e considerando a designação clássica do triângulo Vitruviano, um Monumento será um conjunto construído cuja função – *utilitas* – é meramente simbólico; isto é, no verdadeiro sentido pragmático, esta estrutura é esvaziada do *utilitas* – funcional, se quisermos –, passando a funcionar como símbolo de evocação. Na verdade, o *venustas* deverá manter-se e o *firmitas*, apesar ser alvo de alguma manutenção no sentido clássico do restauro – o carácter construtivo e estrutural da arquitectura não será de todo perene –, conservar-se-á com o seu cunho inicial. Qualquer estrutura onde coexiste esta dimensão arquitectónica, entre *utilitas*, *firmitas* e *venustas*, será vulnerável às transformações que o tempo e o desenvolvimento da vida lhe impõem.

É o que acontece actualmente nos centros históricos das nossas cidades. Infelizmente o processo de degradação, abandono e esquecimento de inúmeras estruturas do património arquitectónico português, continua a verificar-se. Tal acontece como consequência do despovoamento e da desertificação populacional das zonas ditas mais antigas das cidades, tanto ao nível da habitação como de muitos



serviços. Os grandes e apetecíveis *Shopping Centers*, verdadeiros filtros humanos e urbanos para as periferias, concentram em si toda a variedade de oferta de serviços necessário para o desenrolar das actividades quotidianas.

De facto, a arquitectura pressupõe, contígua a si, uma vida – vida essa que se desenvolve e se transforma com o passar do tempo. Cabe aos seus autores proporcionar as devidas condições e circunstâncias para que essa arquitectura seja propícia de uma longa vida; tal como será da responsabilidade dos seus utilizadores, prolongar a vida dos próprios edifícios – não de uma vida orgânica, mas da sua durabilidade em confronto com as mazelas deixadas pelo tempo – para que assim não se desperdicem, injustamente, tantas estruturas com capacidades incríveis.

Entendam-se as cidades como conjuntos de objectos que são essencialmente preparados para conter vida. «E para a cidade ser viva tem de ser aberta à transformação»<sup>14</sup>, para que, assim, seja possível a constante adaptação a novas circunstâncias, a novas culturas e a novas realidades. A Arquitectura será constantemente colocada à prova, numa interacção ao longo do tempo, alternando momentos de erosão e regeneração, e tentando superar o confronto com as sucessivas gerações e actividades que com ela e nela geram vida. Além do mais, «o processo dinâmico da cidade tende mais para a evolução do que para a conservação e que, na evolução, os monumentos se conservam e representam factos propulsores do mesmo desenvolvimento. E isto é um facto verificável, queiramos ou não»<sup>15</sup>, tal como afirma Aldo Rossi em “A Arquitectura da Cidade”. Trata-se de dar entrada no processo temporal da arquitectura, transformando o existente numa nova composição e num conjunto de intenções que confluem num novo organismo com um novo significado.

Para isso, será necessária a compreensão de cada pedaço de história estratificada, como testemunho de uma época, de um modo de pensar e de construir, para que seja possível considerar a manutenção e a «conservação das pegadas do passado»<sup>16</sup>. Nesta sobreposição temporal, procura-se que a forma preexistente se afirme como esqueleto substancial desta intervenção, deste novo edifício. Deverá ser esta estrutura condição base e ponto determinante da “nova arquitectura”, assegurando-lhe o seu carácter original, ao mesmo tempo que a submete a esta outra configuração espacial. Evidenciam-se as sucessivas contemporaneidades

14 BYRNE, Gonçalo – *Geografias Vivas*. p. 15.

15 ROSSI, Aldo – [op. cit.]. p. 79.

16 MILETO, Camilla; VEGAS, Fernando – *El edificio y su memoria: Conservación de las huellas del pasado*. p. 72.



– correspondentes ao curso da história – e a relação entre elas, enquanto compromissos arquitectónicos no seu próprio tempo.

Intervir numa estrutura obsoleta, com valor histórico, deverá objectivar a sua reintrodução no ciclo de usos, aceitando que a vida dos edifícios – que Moneo refere no seu artigo “A vida dos edifícios e a Mesquita de Córdoba”<sup>17</sup> –, alterna momentos de perca e de erosão, porém com a potencialidade de serem reutilizados e/ou reabilitados<sup>18</sup>. Atribuir novas funções a estruturas patrimoniais obsoletas, com o compromisso de não alterar de modo significativo o edificado, constitui o acto de reutilizar. «Consistindo em reintroduzir um monumento desafectado no circuito das utilizações vivas, em arrancá-lo a um destino museológico, a *reutilização* é, sem dúvida, a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil de valorização patrimonial.»<sup>19</sup>

Já reabilitar, em arquitectura, consiste em tornar novamente habilitada uma certa estrutura, que pode servir para o mesmo uso ou não. Isto é, intervir num edifício, restabelecendo-lhe características perdidas com o passar do tempo, para retomar um determinado estágio anterior mas com elementos actuais e renovadores. Pretende-se retomar a condição original do edifício remetendo para o passado. A anulação, mesmo que temporária – não queremos eternizar estes conceitos –, dos riscos de desafecção destes monumentos, permite-lhe ser novamente exposto ao uso e ao desgaste que a sua utilização lhe trará. Assim, enquadre-se neste ponto a transição do projecto, «entre uma preexistência e outra necessariamente pós, tão presente hoje em dia na regeneração arquitectónica e urbana»<sup>20</sup>, que nos remete para a «dimensão de reciclagem inerente ao próprio acto arquitectónico, se entendermos arquitectura como acto transformador, quer seja um sítio na paisagem, um vazio urbano ou um edifício existente.»<sup>21</sup> Reciclagem – conceito que entrou na gíria comum relacionado com a sustentabilidade –, está comumente relacionada, na arquitectura, com a reutilização de materiais; no entanto este é um caminho ligado a questões do foro técnico. O que se pretende introduzir aqui é a ideia de “reciclagem tipológica”, tal como nos lança o Arquitecto Gonçalo Byrne<sup>22</sup>. Sendo esta noção a aglutinação de dois

17 Consultar em MONEO, Rafael – *La solitudine degli edifici e altri scritti*.

18 Para compreender melhor estes conceitos, consultar a entrevista ao Arquitecto Gonçalo Byrne, em anexo à Dissertação de Mestrado de João Bastos. (BASTOS, João Paulo Barbosa de – *Projecto para a Casa de Saúde Almeida Pinho*.)

19 CHOAY, Françoise – [op. cit.]. p. 233.

20 BYRNE, Gonçalo – *Gonçalo Byrne: Urbanidades*. P. 105

21 *Ibid.*

22 «No entanto, em arquitectura, para mim, reciclagem é outra coisa e remete para a reutilização das tipologias arquitectónicas, um pouco como reutilizar no sentido de reabilitação.» *Entrevista a Gonçalo*





conceitos – reciclagem e tipologia – importa, antes de mais, compreendê-los individualmente.

Entenda-se reciclagem, em arquitectura, como o exercício de transformar velhas estruturas para uma nova utilização, introduzindo-as num novo ciclo.

«Reciclar significa aceitar que algo terminou o seu ciclo de vida e que um novo ciclo deve ser iniciado, partindo de uma condição existente. A cultura da reciclagem, adequada ao século XXI, é diferente da cultura de reabilitação, própria para o final do século XX, que teve como objectivo habilitar algo que era válido no seu tempo e que, após um período de abandono, era para ser restaurado ao seu estado original. A reciclagem permite construir sobre bases já existentes (não é necessário criar ou importar novos produtos) e fazer delas uma matéria coerente em si mesma. (...) Reciclar é inovar.»<sup>23</sup>

O conceito de tipologia associa-se a um “sistema” de classificação por tipos; como se agrupássemos as várias formas e conceitos arquitectónicos que seguem este ou aquele “tipo”. Por norma, assumimos o tipo como um dos pontos de partida para o desenvolvimento de um raciocínio projectual. Algo constante, que nos expressa logicamente o processo que precede a forma que a compõe. O tipo não é «a imagem de uma coisa a copiar ou a imitar exactamente» nem uma regra ou um modelo que se tome como objecto de repetição; «o *tipo* é, pelo contrário, um objecto segundo o qual cada um pode conceber obras que não se assemelham nada entre si. Tudo é exacto e dado no modelo; tudo é mais ou menos vago no *tipo*.»<sup>24</sup> Assim, uma tipologia, associada a um determinado conjunto de tipos, deve mostrar-se flexível para «com a técnica, com as funções, com o estilo, com o carácter colectivo e o momento individual do facto arquitectónico.»<sup>25</sup>

Ora, se participamos numa intervenção em que modificamos a função do edifício – já esgotada –, estamos a alterar a tipologia que suportava o seu funcionamento, para que, assim, seja possível o seu regresso ao ciclo dos usos. Será, então, aplicável

*Byrne*. Anexo II, p. 155.

23 «Reciclar supone aceptar que algo ha acabado su ciclo de vida y se necesita comenzar otro partiendo de una condición existente. La cultura del re-ciclaje, propia del siglo XXI, es diferente de la cultura de la re-abilitación, propia del final del siglo XX, que pretendía volver a habilitar algo que fue válido en su día y que, tras un tiempo de abandono, se pretendió devolver a su estado original. Reciclar permite construir sobre bases existentes (no es necesario crear o importar productos nuevos) y hacer de ello una materia coerente en sí misma. (...) Reciclar es innovar.» GUALLART, Vicente – (re-ciclar) In GAUSA, Manuel, [et al.] – *Diccionario metápolis arquitectura avanzada*. pp. 501-502.

24 Quatremère de Quincy apud ROSSI, Aldo – [op. cit.]. p. 53.

25 *Ibid.* P. 54.



o conceito de “reciclagem tipológica”, já acima referido, como abordagem possível a este tipo de caso; conferimos novas funções para que esta estrutura possa avançar com uma nova vida, integrada num novo organismo – novo na sua estrutura formal, no modo de utilização e no seu significado –, que deverá traçar o futuro da sua salvaguarda. A propósito, se «a arquitectura é a arte do espaço e o espaço em si nunca se desperdiça, dispensável será dizer que se faz reciclagem (...); a vida por si recicla a arquitectura.»<sup>26</sup> Afinal, os arquitectos sempre agiram sobre o preexistente, seja ele uma estrutura, um pedaço de cidade ou uma paisagem, já que «a arquitectura nunca é pura e simplesmente original (...); alimenta-se do existente.»<sup>27</sup>

Romper com as amarras que interlaçam o território à sua função será a atitude que sustenta a permanência do território, impedindo o seu desaparecimento do plano dos acontecimentos. Além do mais, «a função é insuficiente para definir a continuidade dos factos urbanos»<sup>28</sup>, sendo necessário que ela esteja «caracterizada no tempo e na sociedade, [já que] aquilo que dela intimamente depende não pode estar senão ligada ao seu desenvolvimento»<sup>29</sup>. Tal como Viollet-de-Duc, é necessário um sentimento de «nostalgia pelo futuro e não pelo passado»<sup>30</sup> para que se dê seguimento aos factos, não aceitando o julgamento severo que as consequências temporais farão sobre a História.

«(...) o território não é uma embalagem perdida nem um produto de consumo que se repõe. Cada um é único, daí a necessidade de “reciclar”, de esgravatar uma vez mais (mas se possível com o maior dos cuidados) o velho texto que os homens inscreveram no insubstituível material dos solos, a fim de depositar um novo, que responda às necessidades do quotidiano antes de ser anulado quando chegar a sua vez.»<sup>31</sup>

Exemplo deste desejo de introduzir a noção de continuidade no processo temporal, em estruturas de valor histórico, são as Pousadas de Portugal. Com as intervenções no Património, as Pousadas procuram não só valorizar a estrutura onde se

26 «la arquitectura es el arte del espacio y el espacio mismo nunca se malgasta, no hace falta decir que se produce reciclaje (...); la vida misma recicla la arquitectura.» SORIANO, Federico – (reciclar) In GAUSA, Manuel; MULLER, Willy; GUALLART, Vicente; SORIANO, Federico; MORALES, José; PORRAS, Fernando – [op. cit.]. p. 500.

27 «La arquitectura no es nunca puramente y simplemente original (...); se alimenta de lo existente.» *Ibid.*

28 ROSSI, Aldo – [op. cit.]. p. 79.

29 *Ibid.*

30 CHOAY, Françoise – [op. cit.]. p. 162.

31 CORBOZ, André – *O Território como Palimpsesto*. P. 851.



inserir, reabilitando-a e reutilizando-a, mas também afirmar-se como obras relevantes no panorama arquitectónico português.

F5. Pousada de Santa Luzia, Elvas.



F6. Pousada de S. Brás, São Brás de Alportel.



F7. Pousada de S. Gonçalo, Marão.



### 1.3 POUSADAS DE PORTUGAL: DO ALBERGUE AO HOTEL DE CHARME

No séc. XX, a crescente adesão à cultura do turismo dita a necessidade de inventar um novo conceito de hotel, que abandonasse a atmosfera de luxo que caracterizavam os Hotel “Palace”. O I Congresso Nacional de Turismo, em 1936, viria a marcar o ponto de viragem de uma nova era turística na cultura portuguesa. A discussão de novas estratégias para o sector do Turismo, procurava idealizar uma nova estrutura hoteleira, de expressão regional e economicamente acessível à maioria das pessoas, que assumisse um regresso aos valores tradicionais da cultura portuguesa.

«Instalação para a grande massa para o viajante mais modesto, para o empregado público, para o industrial que deseja conhecer o seu país e instruir-se, para o estudante. (...) Essa instalação que não é nem o “Palace” nem o “Hotel” deve ter sempre o cunho *nacional* e *regionalista*, será o que batizaremos de: [Pousadas].»<sup>32</sup>

Os cinco primeiros modelos de pousadas regionais eram, então, apresentados no ano de 1939, integradas no “Plano de Realizações do Duplo Centenário de 1940”, associadas ao Ministério das Obras Públicas, por via da DGEMN. Estas seriam encomendadas a dois autores já reconhecidos na época - Miguel Jacobetty Rosa (1901-1970) e Rogério de Azevedo (1898-1983) – que ficariam encarregues do estudo desta nova tipologia, com projectos distribuídos segundo regiões, a Sul e a Norte/Centro, respectivamente. O primeiro grupo de intervenções seria constituído pelas pousadas de Elvas (1942), de São Brás de Alportel (1944) – esta duas entregues a Jacobetty Rosa - do Marão (1942), do Serém (1942) –

<sup>32</sup> Pousadas. Tese apresentada por Francisco de Lima no I Congresso Nacional de Turismo, IV Secção, Lisboa, 1936. (consultar em LOBO, Susana – *Pousadas de Portugal.*)

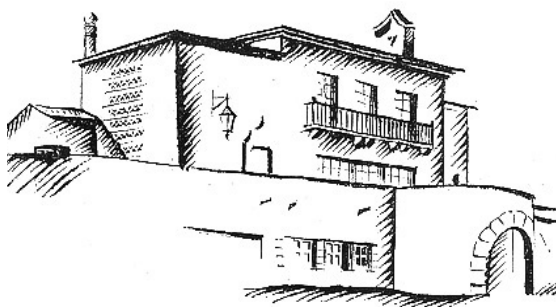
F8. Pousada de Santo António, Serém.



F9. Pousada de S. Martinho, Alfeizerão.



F10. Pousada de S. Tiago, Santiago do Cacém.



F11. Pousada de S. Lourenço, Manteigas.





estas da autoria de Rogério de Azevedo – e de Alfeizerão (1943) – desenhada, excepcionalmente, por Veloso Reis Camelo (1899-1985). Seguidamente as pousadas de Santiago do Cacém (1945), de Miguel Jacobetty Rosa, e de Manteigas (1948), de Rogério de Azevedo, juntar-se-iam a este grupo<sup>33</sup>.

«Procurou-se, portanto, que estes hotéis não se parecessem com hotéis. Se o hóspede ao entrar numa destas Pousadas tiver a impressão de que não entrou num estabelecimento hoteleiro onde passará a ser conhecido pelo número do seu quarto, mas na sua própria casa de campo onde o aguardam os criados da sua lavoura, teremos obtido o que desejávamos. (...) Conforto rústico, bom-gosto fácil no arranjo das coisas e também no paladar, simplicidade amável, eis as grandes linhas do programa das nossas Pousadas. E poesia, alguma poesia...»<sup>34</sup>

Procurando promover diferentes pontos turísticos, dotando-os de novas estruturas hoteleiras, as pousadas intervêm à escala do território nacional, procurando uma estratégia segundo cada local e região. Abandonam, assim, o pensamento objectal descontextualizado e trabalha-se estruturalmente sobre o território com a sensibilidade necessária para responder racionalmente às necessidades específicas do país.

Com a aparente abertura democrática do Regime no final da II Guerra Mundial, é em Maio de 1948, num período «em que se forja uma nova consciência social e ética (...) [e uma] cumplicidade democrática construída na reivindicação colectiva de melhores condições de vida e de trabalho»<sup>35</sup>, que se realiza o I Congresso Nacional de Arquitectura. Organizado pelo SPN e integrado na celebração dos “15 Anos de Obras Públicas”, o congresso viria a ser o momento da discussão sobre a mudança do plano da arquitectura nacional – por um lado reivindicava-se a absoluta adesão aos preceitos do Movimento Moderno e, por outro, reflectia-se sobre a realidade do contexto português de então.

As décadas seguintes viriam a ser marcadas forçosamente por divergências culturais, as quais não foram suficientes para travar a realização do “Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa”, publicado com o título de “Arquitectura Popular em Portugal”, em 1961. Não se pretenderá de todo esquecer o passado e as suas raízes populares, de onde se «podem e devem extrair lições de coerência,

33 Sobre questões ideológicas e de desenho destas pousadas, consultar *Ibid.* pp. 43-50.

34 Discurso do Director do Secretariado da Propaganda Nacional (António Ferro) – sede do S.P.N., 27 de Março de 1942 (consultar em *Ibid.* p. 39)

35 *Ibid.* p. 56.

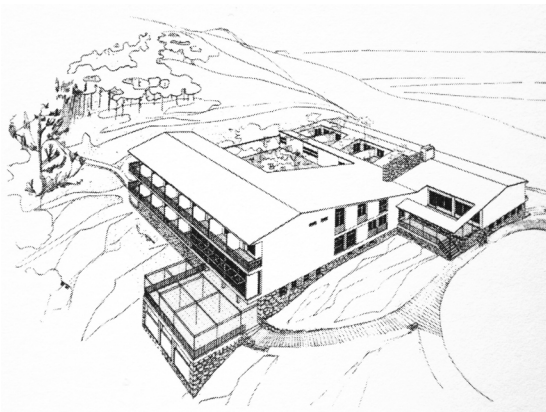
F12. Pousada de Santa Bárbara, Oliveira do Hospital.



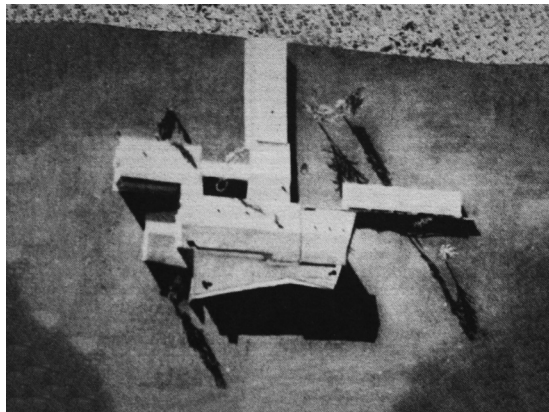
F13. Pousada de S. Teotónio, Valença do Minho.



F14. Pousada da Portela da Gardunha, Castelo Branco.  
(não construída)



F15. Pousada de Vilar Formoso, Vilar Formoso.  
(não construída)



de seriedade, de economia, de engenho, de funcionamento, de beleza»<sup>36</sup>, mas deveria atender-se aos «edifícios eruditos (...) se já estivermos preparados para os compreender e apreciar»<sup>37</sup>. Marca o impulso de um novo regionalismo que enfrenta a conexão entre modernidade e tradição numa atitude crítica e de acento culturalista ao mesmo tempo. É nesta procura - interacção com o “sítio” mais delicada e baseada num “espírito do lugar” - que o novo ciclo de pousadas se vai basear. Nuno Teotónio Pereira (1922-) e Francisco da Silva Dias (1930-), de uma geração mais recente, ou Keil do Amaral (1910-1975) e Fernando Távora (1923-2005), já com alguma experiência profissional – ambas gerações colaboraram no mesmo Inquérito, em espírito e linhas comuns de objectivos a alcançar.

Nesta sequência, é em 1954 que a DGEMN dirige uma segunda etapa de construção de pousadas baseada numa reformulação do programa inicial desenvolvido por Rogério de Azevedo e Miguel Jacobetty Rosa. Assim, são chamados arquitectos de uma camada mais jovem para dinamizar a experimentação das potencialidades deste conceito, contra os estereótipos outrora definidos. Quinze novas pousadas regionais são, então, propostas: três na Beira Alta; duas no Minho, em Trás-os-Montes, na Estremadura e no Baixo Alentejo; e apenas uma na Beira Litoral, na Beira Baixa, no Ribatejo e no Algarve. Mais tarde em 1966 mais duas pousadas seriam acrescentadas a esta série: uma na Beira Alta e outra no Baixo Alentejo. Orientada por uma nova política de turismo, este novo conjunto de soluções, trabalhadas a partir de “casas”, introduzem novos conceitos e novas circunstâncias programáticas, dando assim continuidade às propostas anteriores.

«Desfrutando de panoramas únicos, criados no conforto entre a vontade transformadora do homem e a força natural da paisagem, os edifícios existentes adaptam-se facilmente à nova função, pela proximidade ao espírito e ao programa que se estipulara para este tipo de instalações turísticas.»<sup>38</sup>

Em Setembro de 1958, a revista “Arquitectura” relatava em “Quatro Novas Pousadas” os projectos de Manuel Tainha (1922-2012), para Oliveira do Hospital, de João Andresen (1920-1967), para Valença do Minho, de Francisco Blasco, para Castelo Branco, e de Nuno Teotónio Pereira, para Vilar Formoso.

36 *Arquitectura Popular em Portugal*. Sindicato Nacional dos Arquitectos: 1ª edição, Lisboa, 1961 (consultar *Ibid.* p. 70)

37 *Arquitectura Popular em Portugal*. Sindicato Nacional dos Arquitectos: 1ª edição, Lisboa, 1961 (consultar *Ibid.* p. 69)

38 *Ibid.* 74

F16. Pousada do Castelo, Óbidos.



F17. Pousada de S. João Baptista, Ilha da Berlenga.



F18. Pousada dos Lóios, Évora.



F19. Pousada de S. Filipe, Setúbal.



F20. Pousada Rainha Santa Isabel, Estremoz.



F21. Pousada de Santiago, Palmela.



Por não integrarem as principais directrizes que teriam sido traçadas para as pousadas, as propostas apresentadas seriam recusadas, tendo apenas seguimento os projectos de Valença e Oliveira do Hospital, sob necessidade da realização de três anteprojectos antes da sua aprovação. «Discute-se, acima de tudo, o conceito, então corrente, de pousada -regional, entendido agora mais em termos de escala e intimidade do ambiente»<sup>39</sup> dando especial atenção ao paradigma do diálogo com o sítio, numa leitura única de todo o ambiente envolvente. O aprofundar deste conceito leva-nos ao próprio desenho do mobiliário, que, por sua vez, tende a rejeitar a rusticidade que o SPN/SNI tanto apreciava, procurando aproximar-se cada vez mais da integração e relação estrutura-ornamento, resultante num equilíbrio de linguagem espacial. Aspira-se aos valores racionais e funcionais baseados na produção em série, sem nunca deixar para trás o objectivo final de uma peça com identidade e qualidade formal. Apesar da procura constante de conotações e conexões com o local e com a tradição, numa atitude sensível para com o lugar e a preexistência, o sentido contemporâneo das propostas é fortemente visível e assumida. É a procura incessante de uma Arquitectura Portuguesa onde, mais que as regras traçadas por outros que a procuram dominar, se eleva a espirituosidade da relação da obra, que se impõe com o contexto da sua vida que agora começa.

Mas desde os anos 50 que a DGEMN, no âmbito do programa de Obras Públicas do Estado Novo, tinha vindo a orientar uma série de pousadas resultantes de adaptações a monumentos históricos – castelos, fortalezas ou conventos - em paralelo ao grupo de pousadas construídas de raiz. Evocando o “monumento” como obra emblemática da Nação, a integração de pousadas nestas estruturas viria a realçar a sua integridade física e simbólica, evitando qualquer desfiguração excessiva por razões de ordem funcional. Intervém-se, sobretudo, numa atitude de reorganização e reconstituição destas construções, harmonizando os seus espaços interiores e procurando consolidar as linhas formais dos monumentos através dos tempos, desfazendo a barreira entre passado e presente. Fazem parte deste contexto as pousadas do Castelo (1950), em Óbidos, de São João Baptista (1953), no Forte da Berlenga, dos Lóios (1965), em Évora, de São Filipe (1965), em Setúbal, da Rainha Santa Isabel (1970), em Estremoz, e de Santiago (1979), em Palmela. Saliente-se que no caso de Óbidos e da Berlenga, a adaptação a pousada não foi um dado adquirido desde o início do restauro das suas estruturas; apenas quando as obras já rondavam a fase final, surge a ideia de aproveitar

39 LOBO, Susana – 1942-2002: *60 Anos de Pousadas*. p. 94.

F22.

F23.

F24.

F25. Pousada D. Dinis, Vila Nova de Cerveira.



estes espaços para instalar as pousadas. Ao contrário, e como os próprios títulos dos respectivos Boletins o indicam<sup>40</sup>, em Évora, Setúbal, Estremoz e Palmela, a adaptação era um dado assumido à partida, orientando os trabalhos nesse sentido. No entanto, passado e presente, diluindo-se, também se confundem. É essencial a leitura dos novos materiais e das novas técnicas aplicadas na consolidação dos monumentos, como atitude de intervenção, em complemento da protecção e da valorização da história. Estes critérios operativos em monumentos viriam a ser debatidos na Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios, aprovada em Veneza, em Maio de 1964, e publicada pelo ICOMOS em 1966. Consequentemente, os centros históricos são alvo de especial atenção como elemento interpretativo de uma identidade local e de uma realidade urbana que gera novos espaços e novas matrizes. «Numa época do subúrbio o centro histórico é a tábua de salvação.»<sup>41</sup> A Pousada de D. Dinis, de Alcino Soutinho (1930-), em Vila Nova de Cerveira (projecto de 1972 e inaugurada em 1982), e a Pousada de Santa Marinha, de Fernando Távora, em Guimarães (anteprojecto de 1973 e inaugurada em 1985), são as duas obras de referência deste momento, em que a “Carta de Veneza” trazia novas orientações na protecção e na valorização do Património Arquitectónico. Mais do que preservar memórias, pretendia-se que «a arquitectura sobre o património não [fosse] explicada pela contingência e pela *aceitação*, mas por um gesto mais coerente e exponenciado (...) [cedendo-lhe] o lugar de uma disciplina que dialoga com a sociedade e que sabe cruzar as várias direcções do tempo.»<sup>42</sup> A Pousada de D. Dinis representa um momento importante da abordagem do tema da reconversão urbana, com o projecto de Alcino Soutinho, com a colaboração do Octávio Lixa Filgueiras e Rolando Torgo, para a reconversão do núcleo urbano intramuralhas de Vila de Cerveira a pousada. Reorganizam-se os espaços interiores das construções já existentes, procurando adaptá-las a uma nova função, valorizando um resultado de coerência urbana do conjunto. No entanto, juntamente com este criterioso aproveitamento e manutenção das construções já existentes, surge um novo corpo, no qual se situa o restaurante da pousada, de linhas marcadamente contemporâneas, que procura equilibrar-se com a escala dos edifícios adjacentes. Com esta intervenção, assumimos o alargamento do

40 Para consultar os Boletins da Pousada do Castelo, em Óbidos, de São João Baptista, no Forte da Berlenga, dos Lóios, em Évora, de São Filipe, em Setúbal, da Rainha Santa Isabel, em Estremoz, e de Santiago, em Palmela, ver LOBO, Susana – *Pousadas de Portugal* [op. cit.]. pp. 107-111.

41 LOBO, Susana – 1942-2002: *60 Anos de Pousadas* [op. cit.]. p. 98.

42 FIGUEIRA, Jorge – *Da vida original dos edifícios*. p. 42.

F26.

F27.

F28.

F29. Pousada Santa Marinha, Guimarães.





conceito de património já que, aqui, ele é atribuído não apenas a um edifício mas a um conjunto urbano denominado de centro histórico.

Em Guimarães, Fernando Távora utiliza a História como condição base do projecto e como ferramenta de desenvolvimento dos novos espaços e programas. «Não se tratava já de defender de modo mais ou menos estático e “respeitador” o património, ou de lhe dar dimensão, a um tempo arquitectónico e urbano; tratava-se também de fazer participar a História, a Arqueologia, a Paisagística no esforço comum orientado pelo arquitecto, de ampliar um determinado monumento, de o deixar crescer.»<sup>43</sup> Aceitando as várias sobreposições da História e respondendo à intenção de as preservar, Távora assume o novo volume de quartos como continuação do crescimento da preexistência. Desenha um novo corpo em “L”, de fachadas vermelhas, geometricamente abertas por vãos envidraçados, «na certeza de que outros séculos virão e com eles outras transformações.»<sup>44</sup>

Assiste-se à difusão de uma nova ideologia de culto aos bens patrimoniais – que alcançam já novas características tipológicas e novos enquadramentos cronológicos e geográficos – resultantes na expansão crescente do gosto pelo turismo cultural. Assim, «as novas pousadas ganharam dimensão à escala do burgo onde se inseriram, quer pela maior participação na vivência urbana que assim era possível, quer pela maior dimensão física e diversidade espacial e funcional possibilitadas.»<sup>45</sup>

A construção de edifícios de raiz para pousada é cada vez mais escassa, dando lugar à reconversão e adaptação de edifícios, com carácter de monumentos ou inseridos em centros históricos, para esse efeito. Nesta perspectiva, considerem-se as vastas hipóteses no campo da escolha de monumentos a recuperar, para integrar os objectivos turísticos das pousadas. Atendendo aos interesses da indústria do Turismo e à sua importância no panorama nacional, é criada, em 1976, sob a tutela do Ministério do Comércio Externo, a ENATUR - Empresa Nacional de Turismo – que passaria a liderar a exploração das unidades hoteleiras que se encontravam sob direcção do governo, incluindo as pousadas.

Das Pousadas em Centros Históricos, dos anos 80, damos seguimento às Pousadas em Monumentos, já na década de 1990. Intervir em monumentos históricos como atitude de interacção dinâmica com o Património, era a lição deixada por Fernando Távora, em Guimarães com a Pousada de Sta. Marinha, Prémio Nacional de Arquitectura de 1987. O património deve relacionar-se com a época

43 FERNANDES, José Manuel – *Pousadas de Portugal. Obras de raiz e em Monumentos*. p. 173.

44 TÁVORA, Fernando – *Convento de Santa Marinha*. p. 116.

45 FERNANDES, José Manuel – [op. cit.]. p. 170.

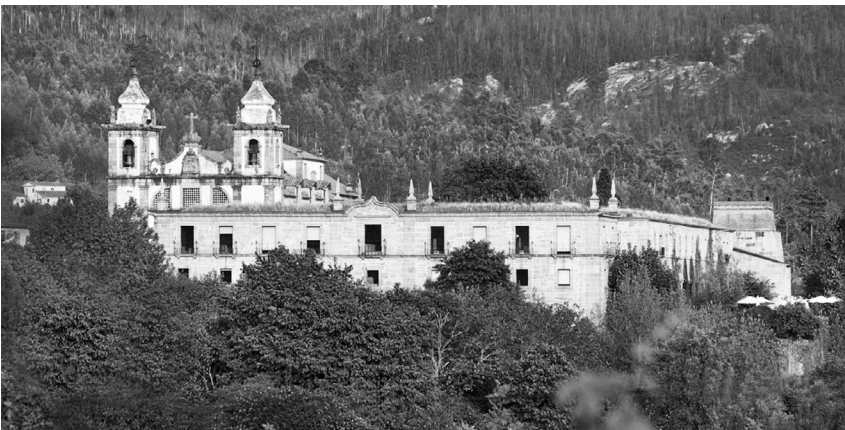
F30. Pousada Flor da Rosa, Crato.



F31. Pousada de Nossa Senhora da Assunção, Arraiolos.



F32. Pousada de Santa Maria do Bouro, Amares.



em que vive como método de conservação das memórias que lhe são associadas. «Conservar e construir são momentos de um mesmo método – na transformação dos edifícios, garante de vida é “o respeito pela sua identidade arquitectónica, continuando-a/ inovando-a.”»<sup>46</sup> Neste contexto, surge um novo Plano Nacional de Pousadas de Turismo, traçado em 1980 – mas que apenas inicia a sua prática em 1989 – que obrigaria os projectos à aprovação do IPPAR e a fiscalização das obras à DGEMN. Neste contexto e no seguimento do Plano Nacional de Pousadas, surgem as consideradas “3 descendentes” da obra de Távora em Santa Marinha: as pousadas da Flor da Rosa (1995) no Crato, de João Luís Carrilho da Graça (1952-), de Nossa Senhora da Assunção (1996) em Arraiolos, de José Paulo dos Santos (1956-), e de Santa Maria do Bouro (1997) em Amares, de Eduardo Souto de Moura (1952-). Consequentes das novas reflexões sobre as intervenções no Património, «em termos metodológicos e conceptuais»<sup>47</sup>, são as que nos lançam numa nova fase do longo percurso das “Pousadas de Portugal” até aos dias de hoje, «a que poderíamos chamar «Pousadas de Arquitecto: Produção de Património»»<sup>48</sup>. A importância e o significado que as estruturas antigas portuguesas assumem são comprovados pela equidade entre a pousada instalada num monumento e a pousada como unidade construída de raiz. Planos elaborados pelo Turismo, consideravam a possibilidade de integrar pousadas em outros diversos monumentos, com o objectivo de prolongar a sua vida útil, que posteriormente acabariam por ficar no papel.

Efectivamente, com o desenrolar do tempo, o carácter histórico ganha cada vez mais força, e no final do século XX, a arquitectura outrora dita moderna ou tradicionalista cada vez mais se distânciava em relação a nós e ao nosso tempo. Algo definido no intervalo entre nostalgia e o poder documentário destas obras, assume o sentimento perante estes edifícios históricos. E se assim o consideramos, esperar-se-ia e esperar-se-ia que estas fontes documentais fossem mantidas e preservadas como marco de outros tempos de reflexão arquitectónica. Porém, em 2002, aquando da passagem dos 60 anos das Pousadas de Portugal, a ENATUR declara a desactivação e venda de um grupo notável de pousadas regionais construídas de raiz, ficando de fora deste processo as pousadas do Serém, de Santiago do Cacém, de Castelo do Bode, de Miranda do Douro, de Serpa, do Caramulo e de Oliveira do Hospital. Seriam consideradas construções não dotadas

46 PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – *A Reflexão da Arquitectura e a Expressão de Tendência - Itinerários*. p. 90.

47 FERNANDES, José Manuel – [op. cit.]. p. 173.

48 LOBO, Susana – *1942-2002: 60 Anos de Pousadas* [op. cit.]. p. 101.



da possibilidade de ampliação, pelo que não seriam tão rentáveis e estariam de fora do rumo estratégico que as Pousadas de Portugal e os seus dirigentes procuravam levar adiante, sendo clara a sobreposição das «considerações de ordem económica ao valor cultural e arquitectónico que alguns destes edifícios encerram»<sup>49</sup>.

Em 2003, cerca de metade do capital representativo deste património, que vimos a apontar - essência da cultura arquitectónica portuguesa e dos valores que delinearam outrora a identidade de uma estratégia de turismo – é privatizado pelo Governo Português. Este capital seria atribuído ao GPP (Grupo Pestana Pousadas), constituído na sua maioria pelo Grupo Pestana, que alcança, deste modo, a exploração e gestão das cerca de 40 unidades hoteleiras, intituladas Pousadas de Portugal, por um período de 20 anos<sup>50</sup>.

É este o percurso que traçamos desde a reflexão de Francisco Lima em 1936, sobre uma «instalação que não é nem o “Palace” nem o “Hotel” [mas que] deve ter sempre o cunho *nacional e regionalista*», ou do “bom-gosto” de António Ferro em 1942, que procurava um «conforto rústico, (...) fácil no arranjo das coisas e também no paladar [e uma] simplicidade amável», até ao panorama actual. A dita Pousada – enquanto conceito e modo de concepção - aparenta uma certa diluição ao longo dos tempos, dando lugar a unidades hoteleiras que se intitulam ou adjectivam através de “4 conceitos temáticos”: Históricas, Históricas Design, Natureza e Charme. Subsiste a necessidade de pesar e ponderar sobre o acto de criação como «exercício cúmplice das árduas gramáticas da preservação que percebe tão bem o que escapa ao tempo como o que lhe pertence»<sup>51</sup>.

### 1.3.1 TRÊS POUSADAS: TRÊS ARQUITECTOS.

#### TRÊS POUSADAS: UM ARQUITECTO.

As Pousadas Flor da Rosa, Nossa Senhora da Assunção e Santa Maria do Bouro, consideradas como as “3 filhas” da intervenção de Fernando Távora Guimarães, são as três obras que se destacam dos anos 90 e das Pousadas resultantes de intervenções no Património.

49 LOBO, Susana – *Pousadas de Portugal* [op. cit.]. p. 156.

50 A ambição do Grupo Pestana vai além fronteiras, verificando-se a abertura da primeira Pousada de Portugal fora do país em 2005. A Pousada do Convento do Carmo, em Salvador, no Brasil, seria adaptada ao Convento das Carmelitas do séc. XVI.

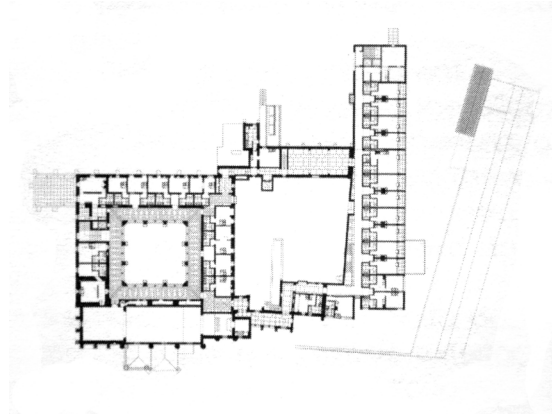
51 PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – [op. cit.]. p. 90.

F33.

F34.

F35.

F36. Pousada de Nossa Senhora da Assunção, Arraiolos.

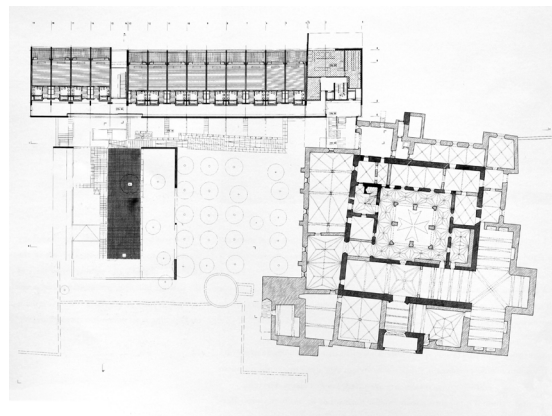


F37.

F38.

F39.

F40. Pousada Flor da Rosa, Crato.



Poderá ser interessante introduzir um momento de relação entre estas três Pousadas – de três arquitectos diferentes – e as três intervenções de Gonçalo Byrne, segundo o mesmo programa, em Viseu, Estoi e Cascais – já que a obra mais à frente tratada é a primeira destas. Estas últimas poderiam ser associadas a uma terceira fase da história das Pousadas de Portugal, enquanto obras de intervenção no património. Trata-se de perceber se existem algumas semelhanças ou conexões entre as abordagens de José Paulo dos Santos, Carrilho da Graça e Souto Moura – entre as quais duas delas intervêm em Mosteiros – e a abordagem de Gonçalo Byrne nas suas três Pousadas – todas elas adaptadas a preexistências de tipologias distintas. Três arquitectos, três pousadas. Um arquitecto: três pousadas.

A Pousada de Nossa Senhora da Assunção, de José Paulo dos Santos, resulta da adaptação do Convento dos Loios, numa abordagem de respeito com a existência. «Lugar contemplado e de contemplação: chave do projecto.»<sup>52</sup> Uma nova ala, que encerra o pátio de serviço, desenha-se como se de um desenvolvimento natural do edifício já existente se tratasse. Articula-se com a preexistência, continuando-a e tomando-a como base para o seu desenho. O tranquilo diálogo entre novo e velho é sugerido principalmente pela escolha dos materiais e da cor, onde se procura basear no branco típico das paisagens alentejanas e noutros materiais já existentes no antigo edifício, como sendo o granito cinza e o xisto esverdeado. Assim, também a reorganização dos espaços funcionais desenrola-se segundo aquilo que seria o crescimento natural do convento existente – os quartos situam-se em torno do claustro e no novo corpo e as zonas públicas organizam-se à volta dos vários espaços exteriores (claustro, pátio e esplanada). «Para que o todo, tendo alguma coisa para dizer, o faça em silêncio.»<sup>53</sup>

No Crato, Carrilho da Graça adapta o Mosteiro de Santa Maria de Flor da Rosa a pousada, traçando um novo corpo, onde se situam os quartos, que, ao contrário da nova ala em Arraiolos, se afirma num gesto de maior força. «Momento de forte tensão formal, a articulação com a preexistência é feita com convicção.»<sup>54</sup> O diálogo entre os dois elementos – o Mosteiro e a nova estrutura contemporânea – é distinto no jogo de escalas e materiais. O bloco dos quartos preenche-se com a cor branca das planícies alentejanas e apresenta-se numa horizontalidade notável, em contraponto à textura das pedras do mosteiro e à verticalidade da sua imagem. Para aceder à Pousada, pelo lado Sul, é necessário atravessar o antigo Mosteiro, pela Igreja e pelo Claustro, que funcionam como grande “átrio de entrada”, numa

52 SANTOS, José Paulo dos – “A Arquitectura”. In AA. VV. – *Pousada Na. Sra. da Assunção*. p. 17.

53 *Ibid.* p. 17.

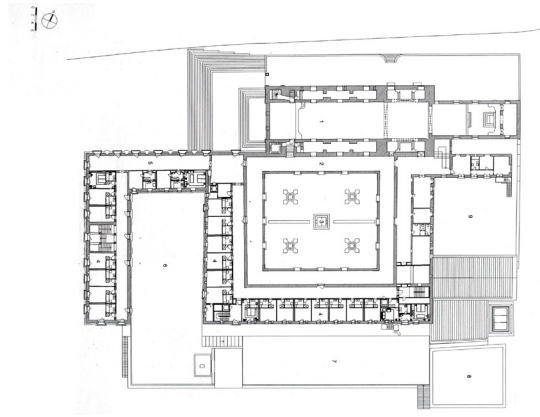
54 LOBO, Susana – *Pousadas de Portugal* [op. cit.]. p. 146.

F41.

F42.

F43.

F44. Pousada de Santa Maria do Bouro, Amares.



F45.

F46.

F47. Pousada de Santa Maria do Bouro, Amares.





atitude de contemplação e respeito pela História do lugar. Identicamente, as alas norte e poente do Mosteiro, ao integrar algumas funções da Pousada, demonstra o compromisso do arquitecto em fazer participar a preexistência nas novas funções de Pousada. Assim, Carrilho da Graça consolida o Mosteiro e deixa-o ser contemplado enquanto objecto histórico, procurando na nova estrutura a integração dos espaços requeridos pelo programa de Pousada. «A obra desenrola-se. A arqueologia ensina-nos a olhar para as pedras. O objectivo do projecto é intensificar a possibilidade de visita do edifício existente, privatizando-o e ocupando-o o menos possível, relendo-o e abrindo-o a novas histórias.»<sup>55</sup>

A proposta para adaptação do Mosteiro de Santa Maria do Bouro a Pousada tem uma abordagem distinta das duas anteriormente descritas. Aqui, «Souto Moura defende que a dicotomia entre história e contemporaneidade não tem que existir, a contemporaneidade é história.»<sup>56</sup> Antes de mais, pretende-se fixar a ruína e só depois se conferem os espaços da pousada. Excluem-se os elementos que possam interferir com a sua presença; elimina-se a possibilidade de reconstruir o telhado – que dá lugar a uma cobertura vegetal, cuja cor alterna consoante a estação da época –, remetendo a tenção para a ruína que parece suster-se sozinha sem que um telhado as amarre. Esta ideia é transposta igualmente para o claustro, que é deixado totalmente a céu aberto; neste espaço as paredes em arcaria, no piso térreo, separam-se do corpo do mosteiro, deixando que a ideia de ruína faça, realmente, parte da vivência do novo espaço, enquanto Pousada. «Para o projecto as ruínas são mais importantes que o “mosteiro”, já que são material disponível, aberto, manipulável, tal como o edifício o foi durante a história.»<sup>57</sup> O conjunto parece ser “esburaco” pelas janelas envidraçadas, com uma caixilharia quase sem leitura, cujo reflexo afasta a noção de profundidade e ocupação sobre o interior da pousada. No entanto, por detrás desta ideia de ruína que permanece, note-se que «o edifício é completamente feito segundo uma nova lógica funcional e construtiva.»<sup>58</sup>; além do mais, a estrutura teve que ser toda reconstruída e consolidada. O Mosteiro e o seu valor patrimonial são, aqui, matéria de projecto e base de intervenção.

Consideremos agora os três projectos de Pousada do Arquitecto Gonçalo Byrne. A proposta para a Pousada de Viseu, consiste na reutilização do edifício do antigo Hospital da Misericórdia, de planta quadrangular, onde quatro alas encerram

55 GRAÇA, João Luís Carrilho da – “A Arquitectura”. In AA. VV. – *Pousada Flor da Rosa*. p. 31.

56 LOBO, Susana – *Pousadas de Portugal* [op. cit.]. p. 150.

57 MOURA, Eduardo Souto de – “Reconversão do mosteiro de Santa Maria do Bouro”. In AA. VV. – *Santa Maria do Bouro*. p. 5.

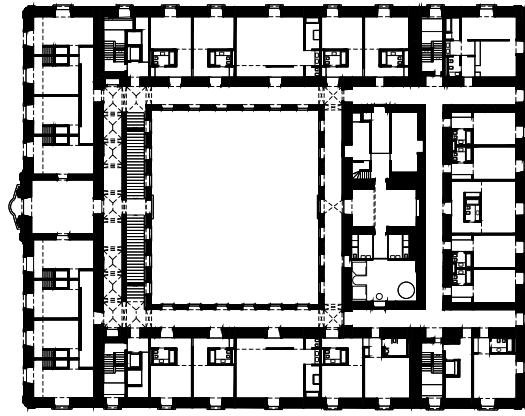
58 LOBO, Susana – *Pousadas de Portugal* [op. cit.]. p. 149.

F48.

F49.

F50.

F51. Pousada de Viseu, Viseu.

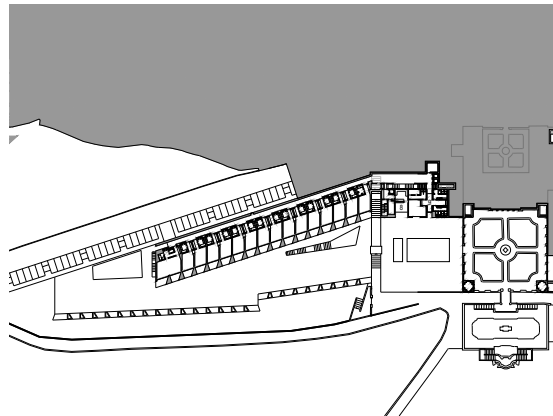


F52.

F53.

F54.

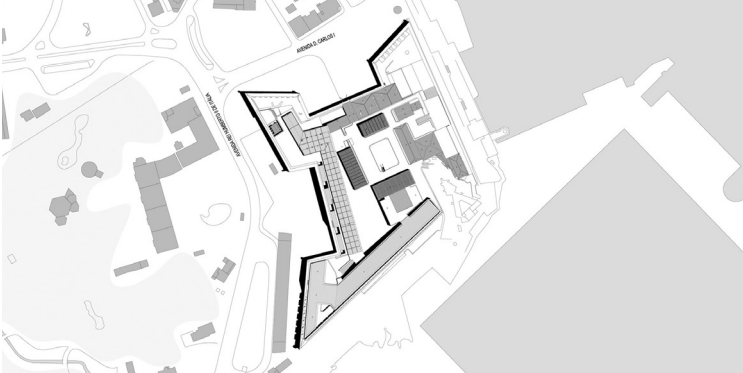
F55. Pousada de Estoi, Faro.



um pátio central. Toda a estrutura preexistente foi mantida, sendo este o esqueleto da intervenção. Os novos espaços organizam-se por entre as espessas paredes de granito, procurando preservar o aspecto conjunto do antigo hospital. Aqui, o momento mais peculiar do projecto é uma cobertura, de traçado muito horizontal, que vem em substituição do antigo telhado tradicional. No Bouro, Souto Moura também afasta a reconstrução do telhado, mas para reforçar a ideia de ruína que se mantém através dos tempos. Em Viseu esta opção prende-se com aspectos diferentes. A nova cobertura surge do desejo de leitura de corpocidade do antigo edifício neoclássico, que, na opinião de Gonçalo Byrne, seria quebrada com a presença do telhado bastante elevado que lá existia. Esta nova cobertura trás consigo um novo piso, preenchido com quartos, e, a sua extensão, vai cobrir o pátio central, que se encontrava originalmente a céu aberto. Enquanto que nas três Pousadas primeiramente descritas os claustros mantiveram-se abertos, em Viseu, apesar de não se tratar de claustro mas de um espaço com configurações semelhantes, este pátio central ganha uma cobertura que lhe vem configurar uma grande zona de estar, mais, o grande coração da Pousada. Apesar de este projecto não ter nenhum corpo novo, tal como em Santa Maria do Bouro, em nada se assemelha a este. Em Viseu procura-se manter a ideia de corpo compacto de uma preexistência, enquanto, no Bouro, a ideia de preservação relaciona-se com uma ruína que se quer fragmentada.

O projecto da Pousada de Estoi intervém num palacete do séc. XVIII, com decoração *kitsch*, de uma família aristocrática e num conjunto de jardins que se desenvolvem para noroeste. Como o palácio só por si era demasiado acanhado para todo o programa que se pretendia alcançar, integrando apenas a recepção e salões de estar e de refeições, a proposta desenvolve-se numa intervenção bastante topográfica, que se vai prolongar pelos jardins já existentes – estes restaurados tanto quanto foi possível. Assim, criam-se dois novos patamares nos jardins já existentes, que funcionam como muros de contenção e que dialogam suavemente com a preexistência envolvente. É este jogo topográfico que permite cumprir o programa de Pousada, inserindo-se aqui os quartos. De facto, a ampliação faz-se com dois corpos novos, o que se poderia assemelhar aos casos de Arraiolos e do Crato. No entanto, nas Pousadas de Nossa Senhora da Assunção e Flor da Rosa, os novos blocos assumem-se como massa construída, enquanto que em Estoi a nova intervenção esconder-se por detrás dos muros que sustentam a paisagem. Em Cascais, Gonçalo Byrne (com a colaboração de David Sinclair), procura adaptar a Cidadela de Cascais, um exemplar da arquitectura militar do séc. XVI, a Pousada. Tratando-se de um núcleo histórico cerrado por uma fortaleza, o

F56. Pousada de Cascais, Cascais. Planta de cobertura.



F57. Pousada de Cascais, Cascais. Modelo 3D.



F58.

F59.

F60. Pousada de Cascais, Cascais.



desenrolar dos acontecimentos vira-se para dentro da própria Pousada numa atitude introvertida. Modificando o uso militar primitivo, adapta o conjunto arquitectónico a um uso civil com o cuidado de valorizar o edificado histórico significativo existente. Um novo bloco surge, aproximadamente central relativamente ao conjunto, procura respeitar formal e materialmente e seguir a escala do envolvente, mesmo afirmando-se com uma linguagem claramente contemporânea. O átrio de entrada converte-se em praça; independentemente do lado por onde entramos, somos conduzidos até este vazio central, pequeno centro urbano. Dado tratar-se de uma fortaleza – que procura olhar para o interior e não para o exterior – o único conjunto de quartos que se relaciona visualmente com o mar, são os situados num piso acrescentado, muito horizontal – tal como em Viseu –, que espreita por entre as ameias. Este projecto em nada se assemelha à Pousada Flor da Rosa ou à Pousada Nossa Senhora da Assunção; no limite podemos dizer que em Cascais, a fortaleza, enquanto preexistência que se quer manter e que aparenta a materialidade de uma ruína, tem que ser reforçada e consolidada, tal como na Pousada de Santa Maria do Bouro. Ainda assim, em Cascais, Gonçalo Byrne assume a sua proposta; não esquecendo o respeito pelo passado daquela estrutura histórica, materializa a sua intervenção numa linguagem que se reconhece contemporânea.

Poucas são as semelhanças entre os seis projectos. Tal justificar-se-á em parte, certamente, pela diversidade de tipologias preexistentes com que nos deparamos. Outra parte, talvez seja justificável pela sua diferente autoria. No entanto, note-se que em todas estas Pousadas houve a preocupação de ressalvar o que já existia, de o melhorar e, oferecendo-lhe um novo uso, trazê-lo de volta às actividades urbanas da cidade.

Nas três intervenções do arquitecto Gonçalo Byrne, a abordagem será idêntica na medida em que se procura, antes de mais, reflectir sobre a preexistência e sobre a sua génese. «É necessário conhecer a história destas estruturas onde vamos intervir e, como tal, existe uma pesquisa inicial que nos dá a conhecer o edifício.»<sup>59</sup> Apesar de existir uma base de pensamento semelhante, as estratégias adoptadas nas três Pousadas revelam-se distintas entre si. Tal acontece não apenas por integrarem três bases de trabalho diferentes, mas também pela necessidade de estas se adaptarem à extensão e às exigências de um novo programa. Nas diferentes soluções assumidas, enquanto intervenções que procuram responder a um determinado programa, encontramos no conceito de

59 *Entrevista a Gonçalo Byrne. Anexo II, p.177.*



“reciclagem tipológica” um ponto convergente. Encontramos neste tema o fio condutor do desenvolvimento dos três projectos, que insere nestas preexistências um programa diferente do que ditou a sua construção. Um fio condutor que origina soluções distintas.





HOSPITAL DA MISERICÓRDIA  
DE VISEU

F61. Antigo Hospital das Chagas. Entrada.



F62. Antigo Hospital das Chagas. Lápide.



## 2.1 MISERICÓRDIAS, SOCIEDADE E URBANIDADE

Em meados de Oitocentos, a Misericórdia de Viseu traçava a sua trajectória ascendente no seio da cidade, que consecutivamente viria a traduzir-se numa imagem de poder e prestígio, principalmente aos olhos dos mais necessitados e carenciados. A instituição de um novo hospital, que se impõe na sua magnificência, surge como culminar desta popularidade que teria sido já correspondida pela efectiva e afectiva regência do antigo e centenário Hospital das Chagas<sup>60</sup>. Por outro lado, sem este ascendente, dificilmente a Misericórdia de Viseu teria conseguido movimentar o apoio financeiro, tanto por parte de particulares como por parte do estado, que assegurou os custos da construção do novo instituto hospitalar<sup>61</sup>. Dispondo-se a atenuar as necessidades de uma população não restringida apenas à cidade, mas disseminada por uma vasta diocese, o novo hospital seria construído de raiz tendo como pano de fundo a acção de socorrer os mais necessitados. Neste seguimento, a pobreza e a caridade elevam-se como qualidades inerentes à decisão tomada pela Misericórdia de Viseu de erigir um hospital capaz de amparar os cidadãos menos dotados de recursos e, consequentemente, sujeitos

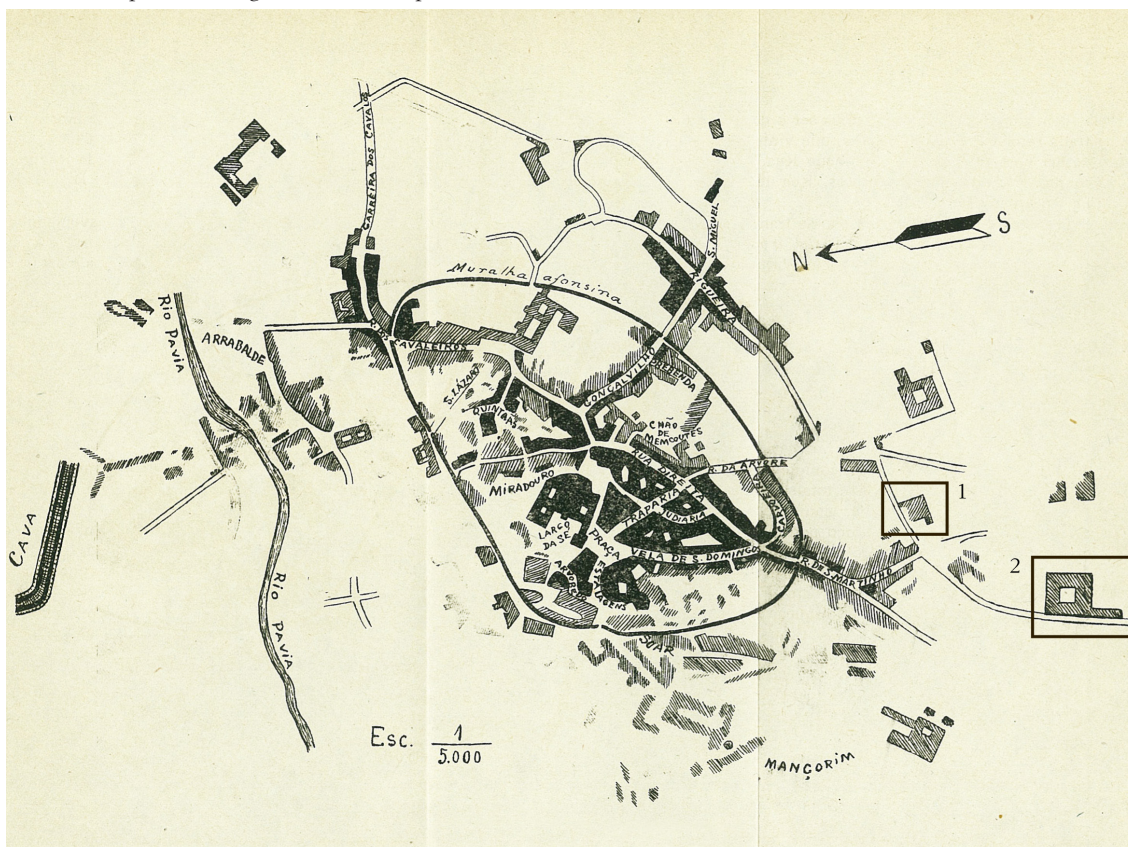
<sup>60</sup> Vera Magalhães refere que a 19 de Julho de 1565, Jerónimo Bravo e sua esposa Isabel de Almeida, após escritura de instituição vincular, aclamavam o Hospital das Chagas com a sua fazenda, o que permite portanto considerar que o casal teria então fundado na cidade um hospital de regência familiar. A manutenção da pequena casa hospitalar, dotada apenas de oito leitos no dormitório, seria da responsabilidade dos seus administradores. Já o dever de admitir os enfermos e o seu respectivo sustento seria da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Viseu. Abandonando o conceito de hospital albergue da assistência medieval, o Hospital das Chagas não acolhia peregrinos salvo mostrassem alguma enfermidade. Assim entenda-se hospital como local de tratamento e cura, renunciando à ideia de espaço de abrigo para viajantes. Viria a funcionar como hospital civil até 1842, aquando da transferência dos primeiros doentes para o Hospital Novo da Misericórdia. MAGALHÃES, Vera Lúcia Almeida – *O Hospital Novo da Misericórdia de Viseu*. pp. 41-74.

<sup>61</sup> A Santa Casa da Misericórdia de Viseu coloca-se, assim, numa posição equiparada a outras instituições congéneres nacionais equitativamente habilitadas para melhorar a assistência pública nas respectivas localidades.

F63. Retrato de Caetano Moreira Cardoso.



F64. Viseu desde o século XII até meados do século XIX.  
1 - Hospital das Chagas, 2 - Novo Hospital.



à filantropia dos mais endinheirados. Aponta-se a ocasião certa, enquadrada no último quartel do século XVIII, de fornecer à cidade e concelhos contíguos uma unidade hospitalar moderna, orientado pelas máximas do amor fraternal e do altruísmo que nos remetem para os preceitos cristãos da generosidade.

Aqui, os pobres encontravam o conforto que ansiavam, reduzindo o seu sofrimento, despojo e desamparo. Também as doações que eram feitas em prol de ajudar a obra do novo hospital que acolhia os mais necessitados sem lhes cobrar coisa fosse, olhavam a solidariedade como meio de receber uma recompensa divina de salvação eterna.

É nesta atmosfera altruísta que Caetano Moreira Cardoso doa à Misericórdia<sup>62</sup> um olival sito em S. Martinho, alfoz da cidade. A doação do terreno, que se situava perto do antigo Hospital das Chagas, é considerada então a acção propulsora do ambicioso projecto que a Misericórdia tinha em mãos. Ao mesmo tempo que se procura responder à crescente ruína do Hospital das Chagas, o acto de doar um bem próprio para reduzir o desamparo dos mais desafortunados aproxima o bom cristão de um lugar salvaguardado no paraíso dos benfeitores.

Favoravelmente afastado da malha citadina e de povoado pouco denso, S. Martinho, nos finais do século XVIII, era ainda considerado arrabalde da cidade. As edificações amontoavam-se dentro dos muros, sendo a Sé Catedral o centro da gravidade. Só em meados do século XIX as novas construções ambicionariam «preencher, pouco a pouco, os vazios urbanos, especialmente na parte situada fora das muralhas. A cidade engrandece-se, mas sem se estender»<sup>63</sup>.

Assim, procura-se obedecer e cumprir preceitos sanitários<sup>64</sup> que corresponderiam às necessidades de um hospital que ambicionava o que de mais moderno que se faria além fronteira. Efectivamente, o novo hospital viria a surgir num local arejado que, pela sua elevação, era favorecido por um ar temperado e, por vezes, levemente refrescado por ventos brandos. Assim, prestar-se-ia a responder a paradigmas sanitários propalados por Ribeiro Sanches no Tratado da Conservação da Saúde dos Povos relativos à «salubridade do Ar para a conservação da Saúde, a qual deve ser preferida neles à elegância, ornato e sumptuosidade»<sup>65</sup>.

Comodidade e bem-estar eram as palavras de ordem para a construção de um novo hospital que viria a beneficiar de um terreno mais saudável e conseqüentemente mais resistente às agressões do tempo: «para livrar assim os Enfermos da ruína

62 A escritura em notário data de 14 de Janeiro de 1787.

63 GIRÃO, Aristides de Amorim – *Viseu: Estudo de uma aglomeração urbana*. p. 71.

64 Não seria de todo favorável instituir-se um hospital no meio da cidade, em sítios baixos e próximo de cursos de água. (MAGALHÃES, Vera Lúcia Almeida – [op. cit.]. p. 81)

65 SANCHES, António Ribeiro – *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*. p. 40.



que ameaça o actual, e os prover das necessarias comodidades, e mais puro, e saudável ar, que agora lhes faltão.»<sup>66</sup>

<sup>66</sup> *Desembargo do Paço. Repartição da Beira. Viseu. Despachados*, mç. 822, cx.925, apud MAGALHÃES, Vera Lúcia Almeida – [op. cit.]. p. 81.

F65. Hospital Novo da Misericórdia de Viseu, fachada principal.





## 2.2 PROJECTO, CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A ausência, até há algum tempo atrás, de uma fonte documental evidente originava algumas dúvidas quanto à autoria do projecto do Novo Hospital. Por ser o único arquitecto com nomeação e registo efectivo no livro das despesas da obra do hospital<sup>67</sup>, Manuel Alves Macomboia, arquitecto da Universidade de Coimbra desde 1782<sup>68</sup>, era erradamente apontado como autor do projecto desta obra<sup>69</sup>. Note-se que este registo seria referente ao breve papel que desempenhou como fiscal em 1799, data em que se apresenta em Viseu para examinar a planta daquele que seria o novo Hospital da Misericórdia. Assim, saliente-se que «não foi certamente mais do que esta acção de fiscalização, o seu contributo neste edifício imponente de sobriedade neoclássica»<sup>70</sup>.

A investigação minuciosa feita por Vera Magalhães e publicada em “O Hospital Novo da Misericórdia de Viseu: Assistência, poder e imagem” vem apontar o autor do risco deste edifício. Deste modo, refere que o livro da conta corrente da obra do hospital menciona uma despesa com a concepção das plantas, que

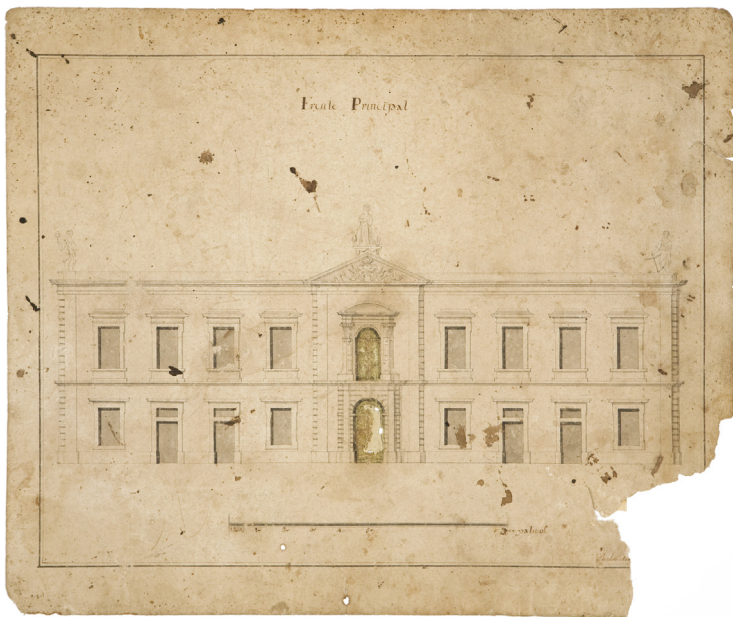
<sup>67</sup> *Ibid.* pp. 23-24.

<sup>68</sup> Manuel Alves Macomboia chega a Coimbra em 1773, ano em que começa a desempenhar funções nas obras da Universidade de Coimbra. Em 1782 assume o lugar de mestre arquitecto de todas as obras da mesma Universidade. Destacam-se o Observatório Astronómico e o Jardim Botânico, entre outras. Na cidade de Viseu, não ficaria apenas pela curta acção fiscalizadora da planta do Hospital da Misericórdia, executando também plantas e alçados de uma nova Casa da Câmara e Cadeia, a edificar no local dos antigos Paços do Concelho que teriam sido destruídos por um voraz incêndio, e de um tanque e caldeiras para a cerca dos frades do Convento de Santo António de Maçorim. Sobre o percurso de Macomboia, com ênfase directo para as obras da reforma pombalina da Universidade de Coimbra, consulte-se CRAVEIRO, Maria de Lurdes dos Anjos – *Manuel Alves Macomboia*.

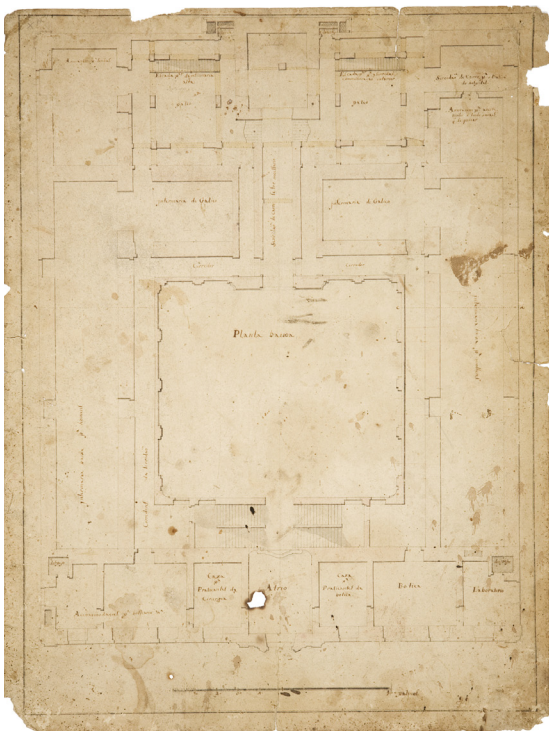
<sup>69</sup> «No seguimento das obras da igreja da Misericórdia e já no final do século XVIII, levanta-se na cidade o edifício do Hospital da Misericórdia da autoria do arquitecto Manuel Alves Macomboia que já havia construído, entre outras obras, o Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra.» In PEREIRA, Pedro Nuno de Oliveira – *Viseu e a ideia de cidade*. p. 87.

<sup>70</sup> CRAVEIRO, Maria de Lurdes dos Anjos – [op. cit.]. p. 51.

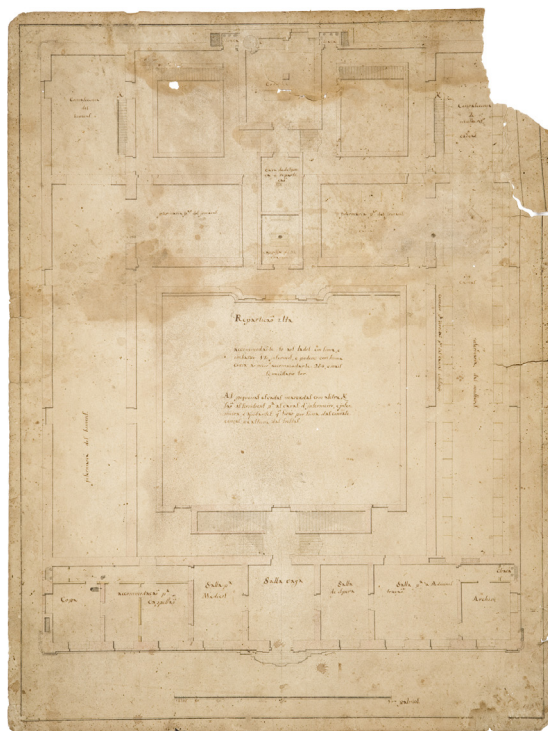
F66. Hospital da Misericórdia de Viseu. Frente Principal.  
Teodoro de Sousa Maldonado, 1793.



F67. Hospital da Misericórdia de Viseu. Planta baixa.  
Teodoro de Sousa Maldonado, 1793.



F68. Hospital da Misericórdia de Viseu. Repartição alta.  
Teodoro de Sousa Maldonado, 1793.



teriam sido recolhidas no Porto a 19 de Maio de 1796, mas já aprovadas a 19 de Maio de 1793<sup>71</sup>. Tal remete, indubitavelmente, a origem dos desenhos à cidade invicta. Um artigo publicado no periódico local “A Liberdade”, em 1893, noticiava a assinatura de Teodoro de Sousa Maldonado no projecto do Novo Hospital<sup>72</sup>. Esta suspeita viria a ser confirmada com a «recém-descoberta da planta baixa (piso térreo), da repartição alta (segundo piso) e do alçado da frente principal (norte) do hospital da Misericórdia, documentos assinados e datáveis de 1793<sup>73</sup>, e copiados na segunda metade do século XIX»<sup>74</sup>. Assim, assume-se que «Theodoro de Souza Maldonado» é o autor do risco do Novo Hospital da Misericórdia de Viseu.

Teodoro de Sousa Maldonado (1759-1799), bacharel em matemática pela Universidade de Coimbra<sup>75</sup>, foi também poeta, miniaturista, membro da Arcádia Portuense e autor das estampas da cidade do Porto e da sua barra. A ligação de Maldonado com o Porto, cidade onde nasceu, é declarada desde cedo pelo seu vínculo às obras públicas que lá se faziam. Consta que «o b[achar]el Theodoro de Souza Maldonado, cidadão, e architecto desta cid[ad]e, que tendo servido as obras publicas da m[es]ma, desde a data da sua nomeação, que foi a de 24 d’Abril de 1789»<sup>76</sup> inicia a sua colaboração ainda antes de ser proclamado oficialmente arquitecto daquela cidade.<sup>77</sup>

Assim a 30 de Maio de 1792, «attendendo ao requerimento do bacharel Theodoro de Souza Maldonado, (...) devia ser pela Camara desta cidade nomiado architheto della, estabelecendolhe ordenado competente, muinto principalmente dipois delle supplicante ter mostrado a sua idonoidade em as plantas que já tem feito, por ordem da mesma camara, e na prompta execução que tem dado a todas as

71 MAGALHÃES, Vera Lúcia Almeida – [op. cit.]. p. 117.

72 *Ibid.* p. 112.

73 Na *planta baixa* a assinatura encontra-se em grande parte apagada o que nos permite observar apenas o T e na *frente principal* a falta de papel não nos possibilita reconhecer a restante assinatura para além de *Theodoro de*. Tal deve-se ao mau estado do papel destes mesmos documentos por se encontrarem manchados, perfurados, rasgados ou com lacunas do próprio suporte.

74 MAGALHÃES, Vera Lúcia Almeida – [op. cit.]. p. 118.

75 «(...) bacharel Theodoro de Souza Maldonado, (...) que tinha feito sua formatura na Universidade de Coimbra, em a faculdade de Mathematica.» (Arquivo Histórico Municipal do Porto: A-PUB-0092, fls. 250 e 250v. Anexo I, p. 146-147)

76 Arquivo Histórico Municipal do Porto: A-PUB-1323, fls. 131, 131v. Anexo I, p. 148-149.

77 Joaquim Jaime Ferreira Alves refere algumas obras efectuadas por Maldonado, de 1789 a 1792, entre as quais as plantas da fonte do Poço das Patas, do cais do Mosqueiro, da fonte de Cedofeita, da rua do Almada, do paredão da Neta, do arco reformado para o aqueduto das beneditinas “na rua nova de Santo António”, do aqueduto de Salgueiros e da calçada dos Clérigos. Ainda neste período, foi nomeado para colaborar com José Champalimaud de Nussane (director das Obras Públicas), substituindo-o e cumprindo todas as suas obrigações, aquando da necessidade do mesmo se ausentar. (ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Alamadas*. pp. 286-287.)

F69. Planta geográfica da barra da cidade do Porto.  
 Teodoro de Sousa Maldonado, 1789.



deligencias, que pela mesma Camara, e Junta das Obras Publicas desta cidade, lhe forão encarregadas respeitantes ao ditto officio de architheto»<sup>78</sup>.

Joaquim Ferreira Alves considera que foi «Teodoro de Sousa Maldonado, arquitecto, hábil no desenho e poeta foi o personagem, ao lado de Champalimaud de Nussane, que directa ou indirectamente mais marcou a arquitectura do Porto no último decénio do século XVIII»<sup>79</sup>. Quando, em 9 de Outubro de 1799, se dá a morte de Teodoro de Sousa Maldonado, o Senado não conseguirá asseverar para o cargo de arquitecto da cidade portuense a colaboração, «em permanência, nem de um militar, com exercício de engenheiro, nem de um bacharel em Matemática formado na Universidade de Coimbra»<sup>80</sup>.

Poderíamos traçar alguns paralelismos com a crescente arquitectura neoclássica que florescia no Porto e assinalar a afinidade de Maldonado com a cidade invicta. Para tal consideremos como referência a contemporaneidade da construção do Hospital de Santo António do Porto, desenhado por John Carr, a partir do qual se podem estabelecer algumas afinidades tipológicas face ao Hospital da Misericórdia de Viseu. Estas provêm, decerto, da observação do projecto do Hospital de Santo António por parte de Teodoro de Sousa Maldonado, justificada pela semelhança programática que unia as duas obras.

O Hospital de Santo António do Porto foi construído entre 1770 e 1825. As preocupações funcionais e de salubridade e o domínio da nova estrutura que John Carr (1727-1807) desenhava para o Hospital de Santo António do Porto<sup>81</sup> seria uma consequência da análise feita por este tipo de arquitectura que despontava fortemente além-fronteiras.<sup>82</sup> Afirmo o seu autor que,

78 Arquivo Histórico Municipal do Porto: A-PUB-0092, fls. 250 e 250v. Anexo I, p. 146-147.

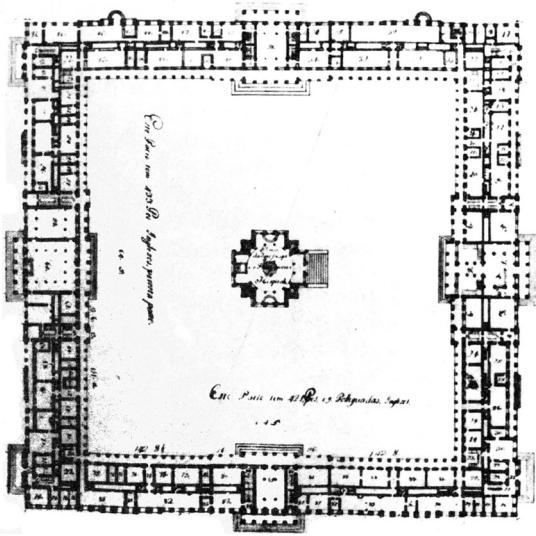
79 ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – [op. cit.]. Vol I. p. 287

80 NONELL, Anni Günther – *Os técnicos ao serviço da administração central e local. Engenheiros militares, arquitectos e mestres das obras públicas*. p. 113

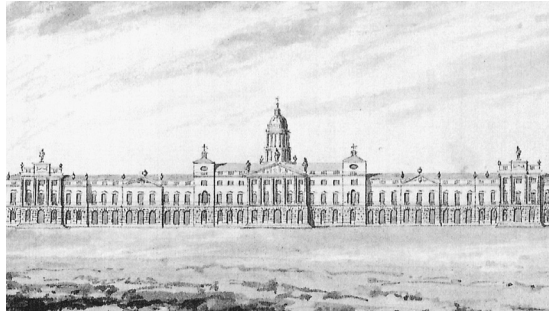
81 «Este projecto será porventura (...) aquele em que as preocupações funcionais e de higiene na sua implicação técnica são mais claras na articulação com o projecto de arquitectura: os espaços de enfermaria organizam-se quer para o pátio através da galeria, quer para o exterior; realiza-se uma duplicação da parede divisória interna entre enfermarias que permite a colocação dos sanitários ao longo de todo o edifício; a esta duplicação corresponde ao nível das fundações um canal colector do saneamento, e uma rede de abastecimento de água a depósitos; esta duplicação permite também a criação de courettes de ventilação dos espaços (por ventilação térmica), já que o esquema se repete até ao último piso e cobertura. Este esquema deixa as duas fachadas (quer para o pátio, quer para o exterior) completamente limpas de infra-estruturas sanitárias.» (PROVIDÊNCIA, Paulo – *A Cabana do Higiениста*. pp. 33-34.)

82 «Durante o século XVIII foram construídos na Europa vastos hospitais, conhecendo este tipo de arquitectura um grande desenvolvimento, ao qual a Inglaterra deu um contributo decisivo. Arquitectos como James Paine, que desenhava o Hospital de Middle, ou Boulton Mainwaring, arquitecto do Hospital de Londres, entre muitos outros, contribuíram para o aperfeiçoamento da nova estrutura hospitalar, que John Carr dominava e que, através da construção do novo hospital que a Santa Casa da Misericórdia pretendia edificar, seria trazida para o Porto.» (ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – [op. cit.]. p. 137)

F70. Hospital de Santo António do Porto. Planta.  
John Carr, 1769.



F71. Hospital de Santo António do Porto. Alçado principal.  
John Carr, 1769.



F72. A cidade do Porto em 1789.  
Teodoro de Sousa Maldonado, 1789.



«Já concebi mais Hospitais e Edifícios Grandiosos do que qualquer pessoa em Inglaterra. Presentemente estou erguendo um grande hospital para doenças várias neste condado, contudo não obstante a minha experiência, fiz uma viagem por este reino para ver os seus principais hospitais antes de iniciar a planta que tive a honra de enviar a Vossa Senhoria, que deste modo possui um plano calculado para juntar a utilidade à aparência»<sup>83</sup>.

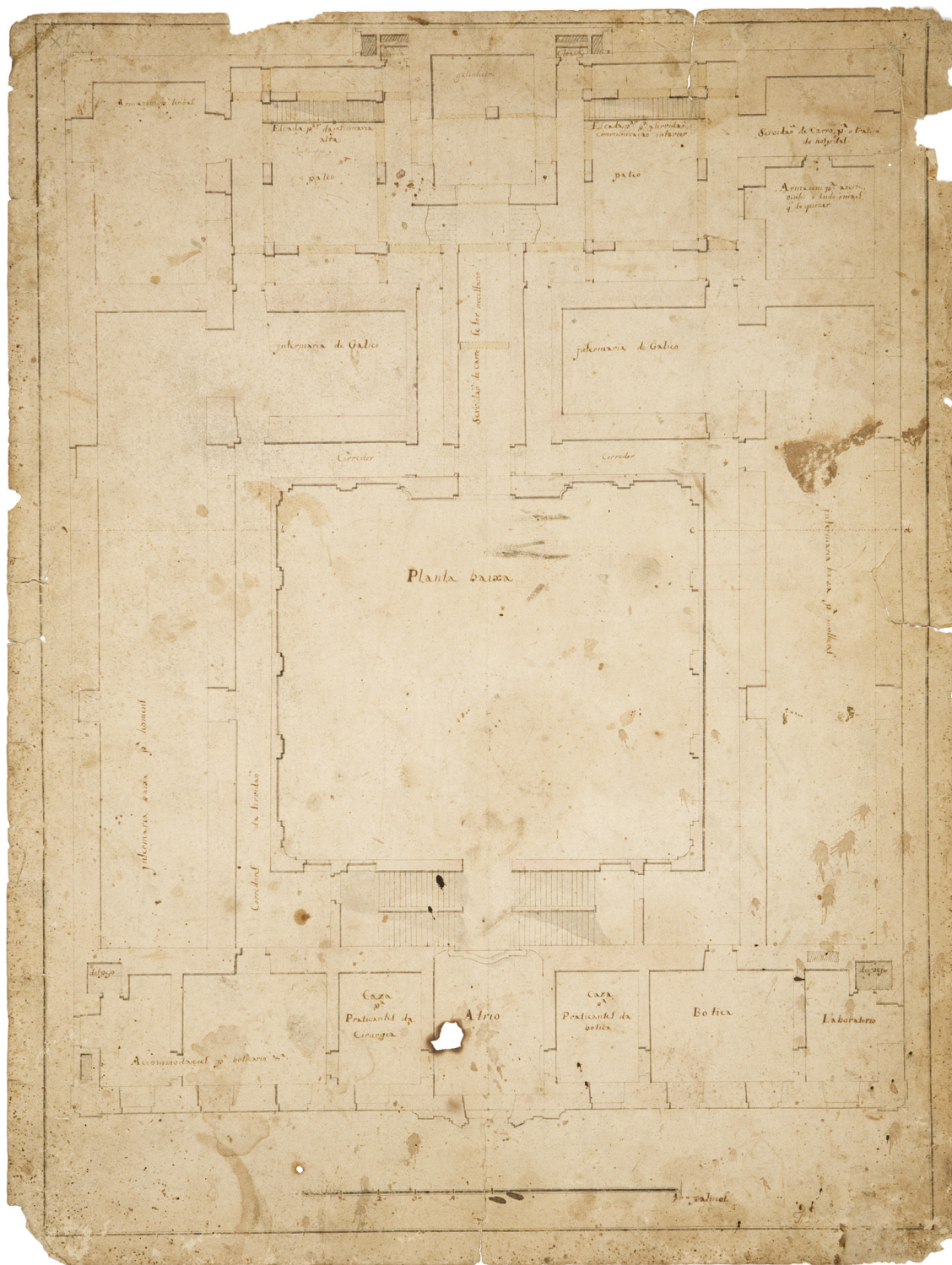
O projecto original de John Carr, ao encargo da Santa Casa da Misericórdia do Porto, mostra-nos um edifício ao estilo neopaladiano inglês, marcado pela forte composição simétrica. Esta simetria é igualmente patente no caso viseense de Maldonado. A utilização do quadrilátero, que se organiza em quatro alas compositivas, e que encerra um pátio central, vinha de encontro ao esquema mais utilizado na Europa setecentista. No centro do grande pátio, encerrado por uma estrutura tão monumental como aquela que virava para o exterior do edifício, situava-se a Capela que completaria o conjunto. A excessiva grandiosidade e magnificência acrescida aos recursos limitados impediram a construção completa do projecto, sendo apenas edificadas a ala nascente e parte das alas norte e sul. Revelam-se alguns aspectos comparáveis com o projecto de Teodoro de Sousa Maldonado para o novo hospital de Viseu, como sendo o desenho de forte carácter simétrico e de linguagem neoclássica com claras influências do neopaladiano, como também, em consequência dessa simetria, a entrada directa a eixo na ala nascente, com galeria e varanda superior.

Facto é que Maldonado denota a presença do Hospital de Santo António do Porto em construção quando elabora o desenho «A cidade do Porto em 1789» representando já parte da ala sul. Constata-se assim que o projecto de John Carr poderá ter sido estudado e ponderado aquando do desenho do Novo Hospital da Misericórdia de Viseu. Apesar de Viseu não possuir a expressão urbana do Porto nem os recursos financeiros necessários para subsidiar um projecto similar ao do hospital que lá se construía, a Misericórdia contrata o então arquitecto portuense.

A relação entre os primeiros desenhos de Teodoro de Sousa Maldonado e o conjunto arquitectónico concluído no último quartel de Oitocentos traduz um conjunto de alterações ao nível da organização interna dos espaços, impulsionadas, possivelmente, por conveniências de serviço ou, ainda, simplesmente por opções tomadas sem grande consciência nem ciência. O conhecimento da estruturação final dos espaços vem, assim, a ser condicionado pela inexistência

83 John Carr apud *Ibid.* p. 140.

F73. Hospital da Misericórdia de Viseu. Planta baixa.  
Teodoro de Sousa Maldonado, 1793.





de um levantamento planimétrico aquando do término da obra. Para compreendermos o desenvolvimento dos espaços internos e a sua respectiva função, consideremos como base de exploração a permanência de serviços em determinados compartimentos até à desactivação do Hospital Novo.

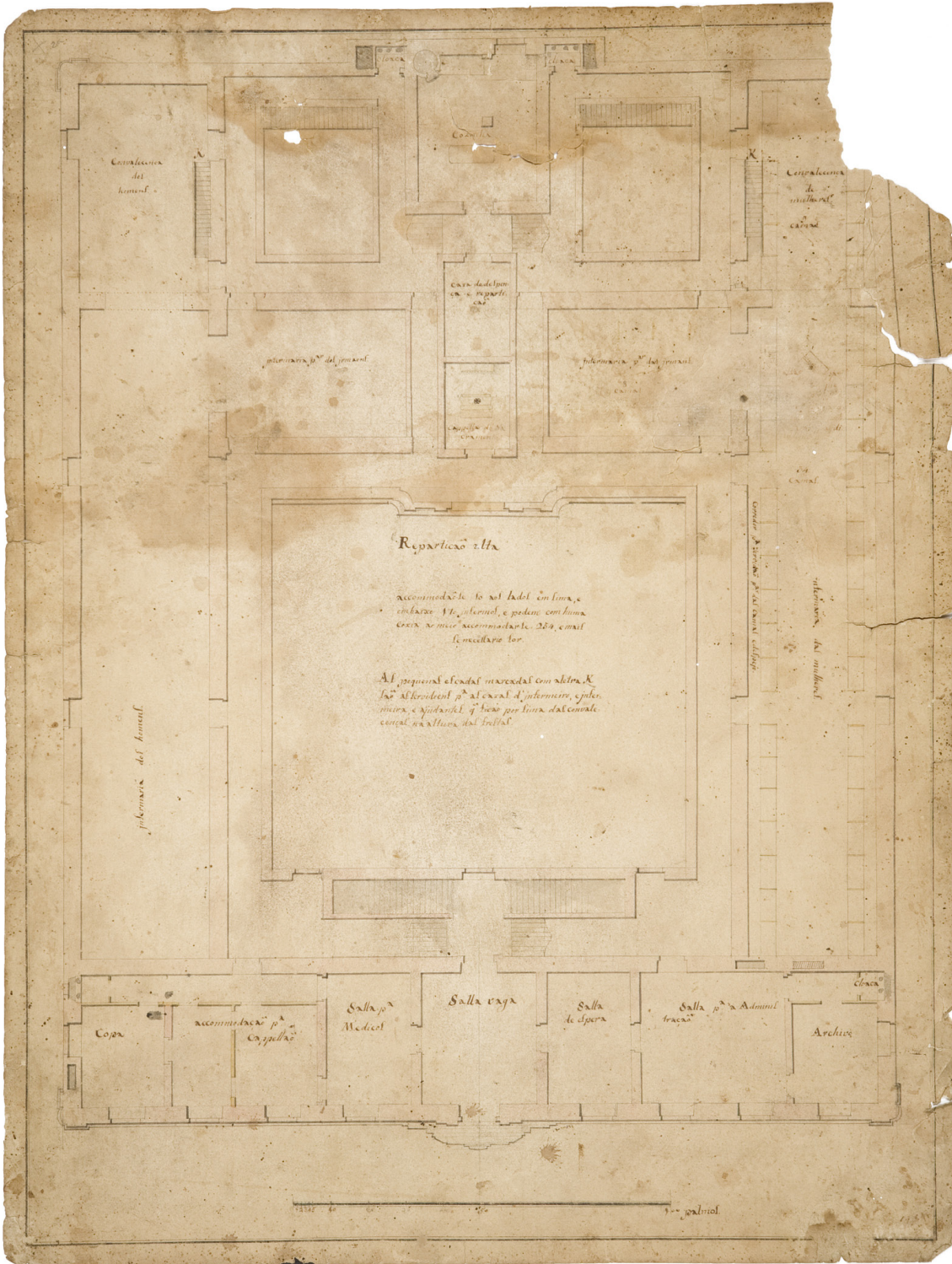
Os primeiros desenhos que conhecemos, datados de 1793 como já foi referido, manifestam uma configuração quadrangular que a extensa construção do hospital não deturpou. Já o número de pisos, que o desenho original do alçado principal nos relata, não será aquele que se vem a verificar em construção. Se, aparentemente, a fachada nos transmite um edifício organizado em dois níveis, as usurpações a que o projecto foi sujeito convertem-na num momento cenográfico que esconde uma unidade hospitalar desenvolvida em quatro pisos. Assim, temos um edifício que se lê no alçado principal em dois níveis e nos restantes três alçados, nascente, poente e sul, em quatro níveis. Estas intrusões, que posteriormente serão analisadas, vão originar uma incongruência na leitura de conjunto dos quatro alçados.

A fachada norte do novo hospital é composta por dois corpos simétricos, organizados em dois andares, que ladeiam um corpo central. Este desenho simétrico desenrola-se a partir do eixo delineado pela porta de entrada, dotada de grandes dimensões, e pelo janelão e varanda que corresponderiam à *sala vaga*. O corpo central remataria com um frontão triangular de tímpano decorado com as armas reais, no qual o seu acrotério era encimado pela figura da Justiça ladeada por condenados.

A entrada, a norte como já foi referido, dá ligação a uma escadaria dupla que se divide, simetricamente, para este e oeste. Uma galeria interna, que circunda o grande pátio, distribui a circulação entre os vários compartimentos. No entanto, estranha-se a falta de aberturas desta mesma galeria para o pátio central, nos desenhos de Maldonado, presumindo-se, porém, que a sua existência tivesse sido considerada pelo arquitecto, de modo a responder às potencialidades que este grande espaço vazio a céu aberto teria, em questões de ventilação e iluminação, para as diversas dependências hospitalares.

Na ala norte, a acompanhar o átrio de entrada, situam-se a botica, a acomodação para o boticário, a casa de praticantes da cirurgia e da botica e o laboratório. Estas dependências relacionavam-se directamente com o exterior do edifício, conferindo-lhes uma maior facilidade de acesso independente da circulação interna do hospital, facilitando a entrega de substâncias medicamentosas a pedidos domiciliários. No primeiro piso, no seguimento da área do átrio da entrada, encontrava-se a sala vaga. Estes dois espaços, juntamente com a capela

F74. Hospital da Misericórdia de Viseu. Repartição Alta.  
Teodoro de Sousa Maldonado, 1793.



– situada na ala posterior, de que mais adiante se fará referência – traçavam um eixo de simetria no desenho do novo hospital. Ainda a nascente da sala vaga encontrava-se a copa, a acomodação para o capelão e a sala para médicos e a poente a sala de espera e de administração e o arquivo.

A ala nascente e a ala poente, igualmente nos dois pisos, eram preenchidas com enfermarias, destinadas, respectivamente e separadamente, aos homens e às mulheres. Estas prolongavam-se até à ala sul, onde se intersectavam com as enfermarias de gálico.

A ala posterior do hospital apresenta-nos, ao nível do rés-do-chão, um conjunto de serviços organizados num desenho regradamente geométrico; são eles as arrumações, a porta para o carro e dois pequenos pátios de serviço, associados a dois lances de escadas, que fariam o acesso vertical ao piso de cima, facilitando a passagem de bens necessários ao funcionamento regular do hospital. A presença de um corredor de serviço acentuadamente mais largo, marca o eixo de simetria já traçado pelo átrio de entrada e pela sala vaga. No piso superior, este eixo de simetria era reforçado com a posição da pequena capela, onde se procuravam prescrever «os cuidados com a alma, enquanto a medicina perseguia a terapêutica e a cura»<sup>84</sup>. Arroga-se uma assistência espiritual associada à procura de um funcionamento programático hospitalar. A presença deste elemento na composição organizativa do hospital, não impediu Maldonado de dotar as enfermarias, principalmente as de carácter geral, de um altar no extremo sul. No prolongamento das enfermarias, a nascente e a poente, situavam-se as salas de convalescença para homens e mulheres. Haveria ainda enfermarias particulares que comunicariam com as enfermarias laterais já referidas. Ainda em eixo com a capela apresenta-se uma pequena despensa de apoio à cozinha, também ali alinhada.

O início das obras do hospital é comumente remetido para o ano de 1793, sendo este o início de quase uma centúria de anos de construção intermitente. O processo construtivo desenrolou-se em duas fases distintas, tendo a primeira persistido até 1810, aquando das invasões francesas, perante as quais foi necessário cessar trabalhos. Depois de um grande período de interrupção, em 1825 a obra é retomada e lançada às seis décadas futuras. Apesar de se considerar que o hospital estaria pronto entre 1880 e 1890, data de 1842 a primeira transferência de doentes do velho Hospital das Chagas para o Hospital Novo<sup>85</sup>.

84 MAGALHÃES, Vera Lúcia Almeida – [op. cit.]. p. 153.

85 *Ibid.* p. 94.

F75. Enquadramento do Hospital Novo da Misericórdia de Viseu em São Martinho.



F76. Hospital Novo da Misericórdia de Viseu, fachada principal.



As alterações efectuadas ao projecto hospitalar inicial, que conhecemos, seriam fruto, possivelmente, das diferentes necessidades de serviços que surgiriam ao longo da arrastada construção, tal como da falta de acompanhamento por parte de Maldonado durante a sua edificação. Em consequência, o Hospital Novo da Misericórdia de Viseu, no final do século XIX, afigurava-se com quatro pisos internos, contrariando os dois que afirmamos serem os constituintes do projecto inicial. No entanto a organização interna, que articulava os quatro pisos, seria eximamente bem estruturada<sup>86</sup>.

Considerando, então, o longo desenvolvimento construtivo e consequentes alterações aos desenhos originais de Teodoro de Sousa Maldonado, concebidos em 1793, atentamos para a afirmação de um edifício desenvolvido em eixo de simetria centrado na entrada, a norte. A escadaria, simetricamente desdobrada, juntamente com a galeria, que contorna o pátio central, são mantidas relativamente ao projecto original, funcionando como principal motor distributivo para as várias dependências internas. Este conjunto completava o momento de entrada no Hospital Novo num jogo de sequência espacial entre recepção (espaço contido), acesso vertical e pátio central (espaço vazio). Este grande vazio central teria um papel importante relativamente à libertação de exalações prejudiciais à saúde, ajudando à renovação do ar nas enfermarias<sup>87</sup>, beneficiando a ventilação e elasticidade do ar das dependências internas do hospital. Porém, dado o elevado número de doentes acolhidos, os espaços de internamento acabavam por revelar uma insuficiente renovação de ar. As janelas, de que era dotado o novo hospital, rasgadas de cima a baixo, poderiam beneficiar as questões de ventilação como também a luminosidade que romperia os seus interiores. No entanto o seu reduzido número não corresponderia às necessidades de ventilação e iluminação da unidade hospitalar.

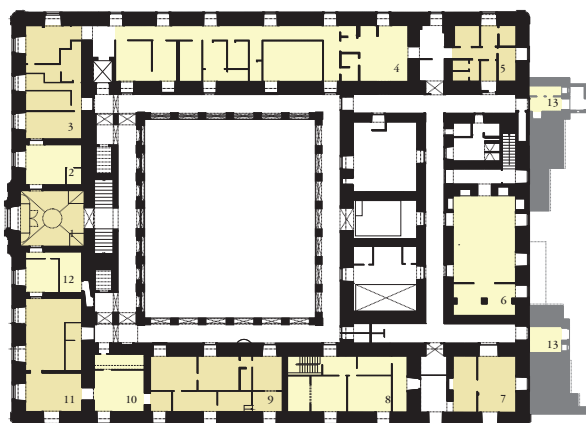
Articulado com o átrio de entrada, situavam-se o quarto do guarda-portão e as casas de banhos de apoio à recepção. Ainda na ala norte, ao nível do piso térreo, haveria lugar para manter a botica e para fixar o banco, permitindo a relação directa destas divisórias com o exterior do edifício. Também no rés-do-chão, a ala nascente era constituída pelas enfermarias destinadas a presos e loucos e na

86 «O facto de termos quatro pisos, pode ser um desenvolvimento futuro mas a articulação entre eles é muito interessante. E se não foi o Teodoro de Sousa Maldonado, foi alguém que sabia o que estava a fazer.» *Entrevista a Gonçalo Byrne*. Anexo II, p.173.

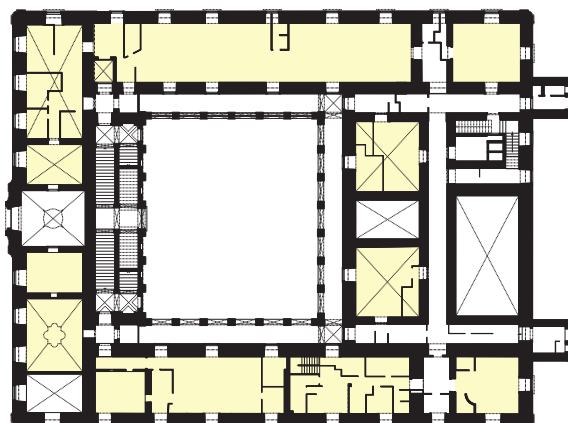
87 Também a sua instalação nos dois pisos mais altos do hospital, como será referido mais adiante, seria benéfico para as dotar da elasticidade do ar necessária, «pois quanto mais alto for o sitio para habitar, mais puro, e mais elástico será o Ar, e por consequência, seco.» (SANCHES, António Ribeiro – [op. cit.]. p. 41)

F77. Hospital da Misericórdia de Viseu. Piso 0.

1. Átrio de entrada, 2. Casa de banhos, 3. Banco,
4. Prisões, 5. Casa de autópsias, 6. Sala de banhos,
7. Depósito, 8. Quarto dos criados da cozinha,
9. Quarto dos criados das enfermarias, 10. Quarto do inspector, 11. Botica, 12. Quarto do guarda portão,
13. Torreões

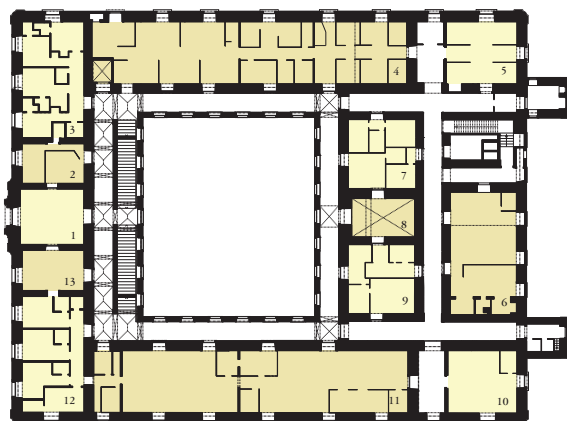


F78. Hospital da Misericórdia de Viseu. Piso 1.  
Sobrelojas.



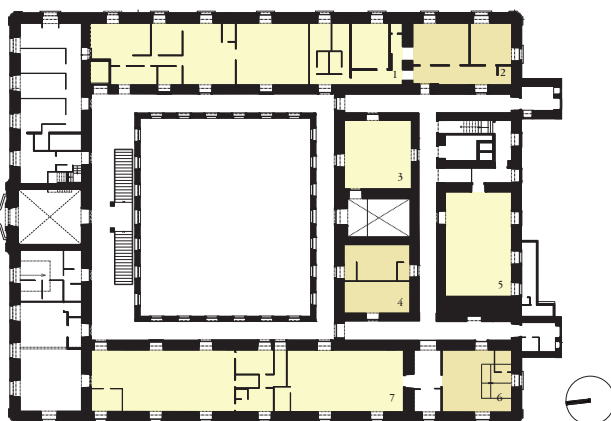
F79. Hospital da Misericórdia de Viseu. Piso 2.

1. Sala dos retratos, 2. Quarto do director, 3. Sala de jantar do director e capelão, 4. Enfermaria medicina homens, 5. Quarto do enfermeiro, 6. Cozinha,
7. Enfermaria dos irmãos, 8. Capela, 9. Quarto do capelão, 10. Despensa, 11. Enfermaria cirurgia homens, 12. Quartos particulares, 13. Escritório.



F80. Hospital da Misericórdia de Viseu. Piso 3.

1. Enfermaria medicina mulheres, 2. Quarto das criadas, 3. Enfermaria das irmãs, 4. Sala das irmãs, 5. Rouparia, 6. Quarto da enfermeira, 7. Enfermaria cirurgia mulheres.



ala poente pelos quartos do inspector, dos criados das enfermarias e dos criados da cozinha. Recuado na ala sul, encontravam-se alguns compartimentos para arrumos e depósitos, a casa das autópsias, uma sala de banhos e ainda um átrio de serviço<sup>88</sup> que se articulava verticalmente com os pisos superiores através de uma escadaria de serviço.

O primeiro piso, apontado como sobrelojas por Vera Magalhães, teria uma função desconhecida. A sua origem deriva do aproveitamento do elevado pé-direito do rés-do-chão, o que resultaria num andar com uma altura reduzida. Constatase que a articulação entre as dependências deste piso seria feita interiormente não havendo um corredor de distribuição. Verifica-se também que os compartimentos intersectados pelo eixo norte-sul e o compartimento apontado a noroeste não teriam correspondência neste piso, sendo assim de pé direito duplo ao nível da entrada.

Analisando o segundo piso, encontraríamos, a este e oeste respectivamente, as enfermarias masculinas de cirurgia e de medicina. Estas, como espaços de tratamento de doenças, viriam a ser instaladas apenas em pisos superiores, pois quanto mais elevadas se encontrassem, mais ventilado e puro seria o ar, o que favorecia o processo de recuperação dos doentes. Na frente principal, a sala dos retratos faria a correspondência do átrio de entrada neste piso e encontrar-se-ia ladeada pelos escritórios e quartos particulares, a oeste, e pelo quarto do director e sala de refeições do mesmo e do capelão, a este. A sul, no alinhamento das enfermarias, teriam lugar a despensa e o quarto do enfermeiro. No corpo central da mesma ala, e a eixo com a sala dos retratos, encontrava-se a capela; estes dois espaços, talvez os mais enobrecidos do hospital, denominariam este andar de piso nobre. Nos flancos da capela, e com ligação interna com a mesma, situavam-se o quarto do capelão e a enfermaria dos irmãos.

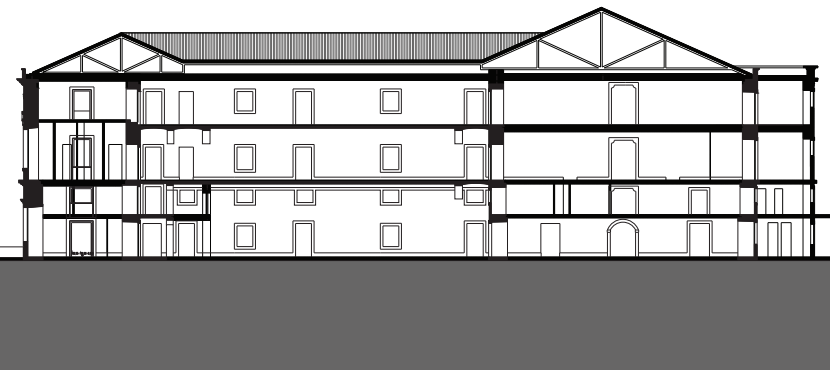
O terceiro e último piso, albergava as enfermarias femininas de cirurgia e de medicina, respectivamente, e, no seu prolongamento, situavam-se os quartos das enfermeiras e das criadas. Desconhecendo-se a função dos compartimentos na ala norte, afirma-se apenas que, tanto a sala dos retratos, nesta mesma ala, como a capela na ala posterior, à excepção de um pequeno coro elevado, não teriam correspondência neste piso dado o seu pé direito duplo a partir do terceiro piso. Ainda a sul, a sala e a enfermaria das irmãs viram-se para a galeria central e, numa posição mais recuada, o compartimento para a rouparia articula-se com o pátio e escadaria de serviço.

88 No construído concluído entre 1880 e 1890 apenas se verifica um átrio de serviço na ala sul ao contrário dos dois átrios previstos no desenho original de Maldonado.

F81.

F82.

F83. Hospital da Misericórdia de Viseu. Perfil.





Uma última nota para os torreões adossados à fachada sul. O primeiro a ser erguido, situado próximo do ângulo sudeste, na década de 1860, viria a ser acompanhado por um segundo torreão, construído em 1880, «que servisse para casa de banhos e, no topo, para depósito de água, conduzida a partir daí para todo o edifício»<sup>89</sup>. Ambos são, notoriamente, acrescentados à estrutura original do hospital, justificados por «necessidades de serviços»<sup>90</sup> que ajudassem ao funcionamento do hospital.

O resultado final relaciona-se indubitavelmente com os desenhos assinados pelo arquitecto do Porto. No entanto, as constantes alterações impostas ao edifício durante a sua longa construção, afastam o total cumprimento do projecto original de Maldonado.

A estrutura que integrou o Novo Hospital da Misericórdia de Viseu desempenhou as suas funções desde 1842 – data em que recebe os primeiros doentes – até 1997 aquando da abertura de uma nova unidade hospitalar devidamente adaptada às necessidades dos nossos tempos. Manteve-se activo e ao serviço da cidade por mais de 150 anos, até ao ponto de se considerar visivelmente esgotado pela função que desempenhara.

Durante 10 anos, desde 1997 até 2007 – quando se iniciaram as obras de recuperação e adaptação às funções de Pousada –, esta estrutura permaneceu ao abandono e em crescente estado de ruína, provocado pelas acções inevitáveis que o passar do tempo traria consigo. A intervenção do Arquitecto Gonçalo Byrne, que seguidamente será descrita, faz renascer este edifício, injustamente esquecido e em estado obsoleto. O projecto de reabilitação do antigo hospital, traz de volta à cidade um edifício que carrega em si um espólio de recordações e memórias passadas, agora Pousada de Viseu.

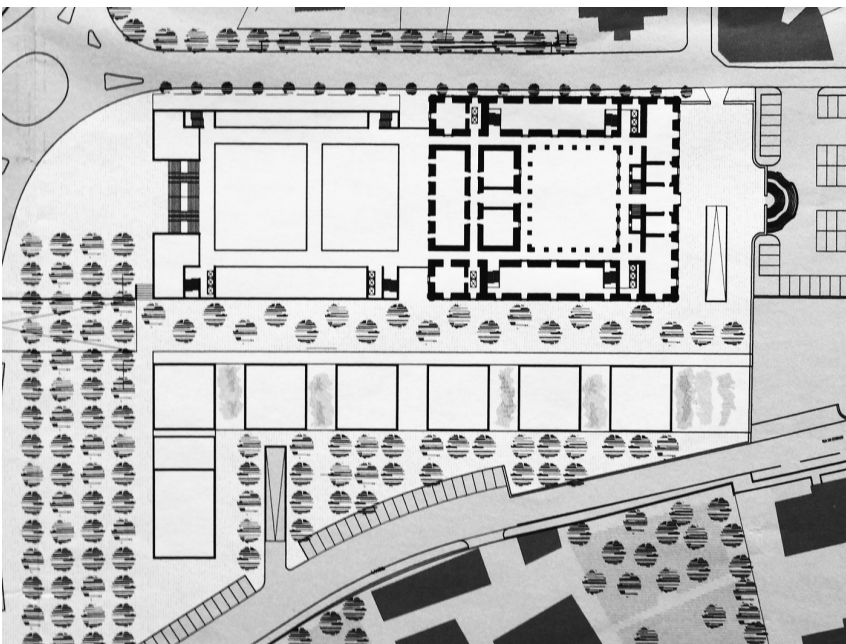
89 MAGALHÃES, Vera Lúcia Almeida – [op. cit.]. p.115.

90 *Ibid.* p. 114.

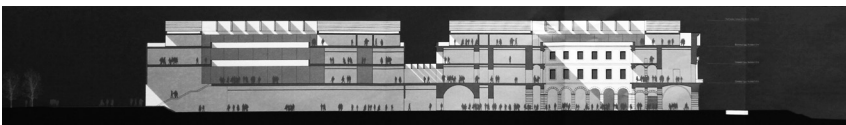


# POUSADA DE VISEU

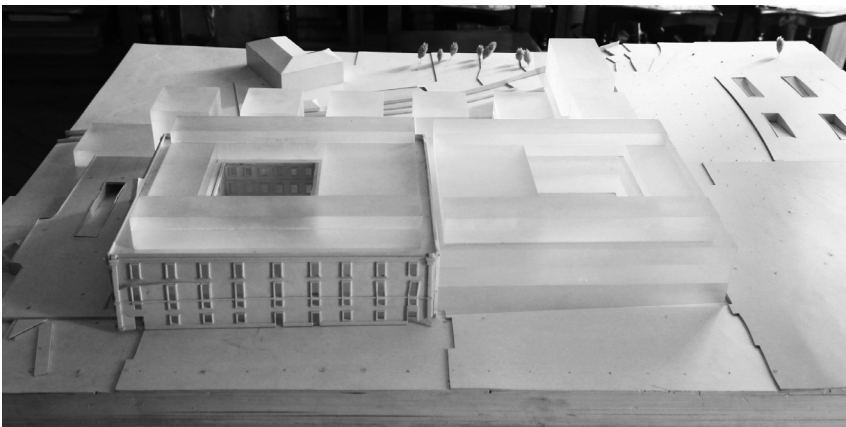
F84. 1º Plano de Pormenor. Planta.



F85. 1º Plano de Pormenor. Perfil longitudinal.



F86. 1º Plano de Pormenor. Maquete.



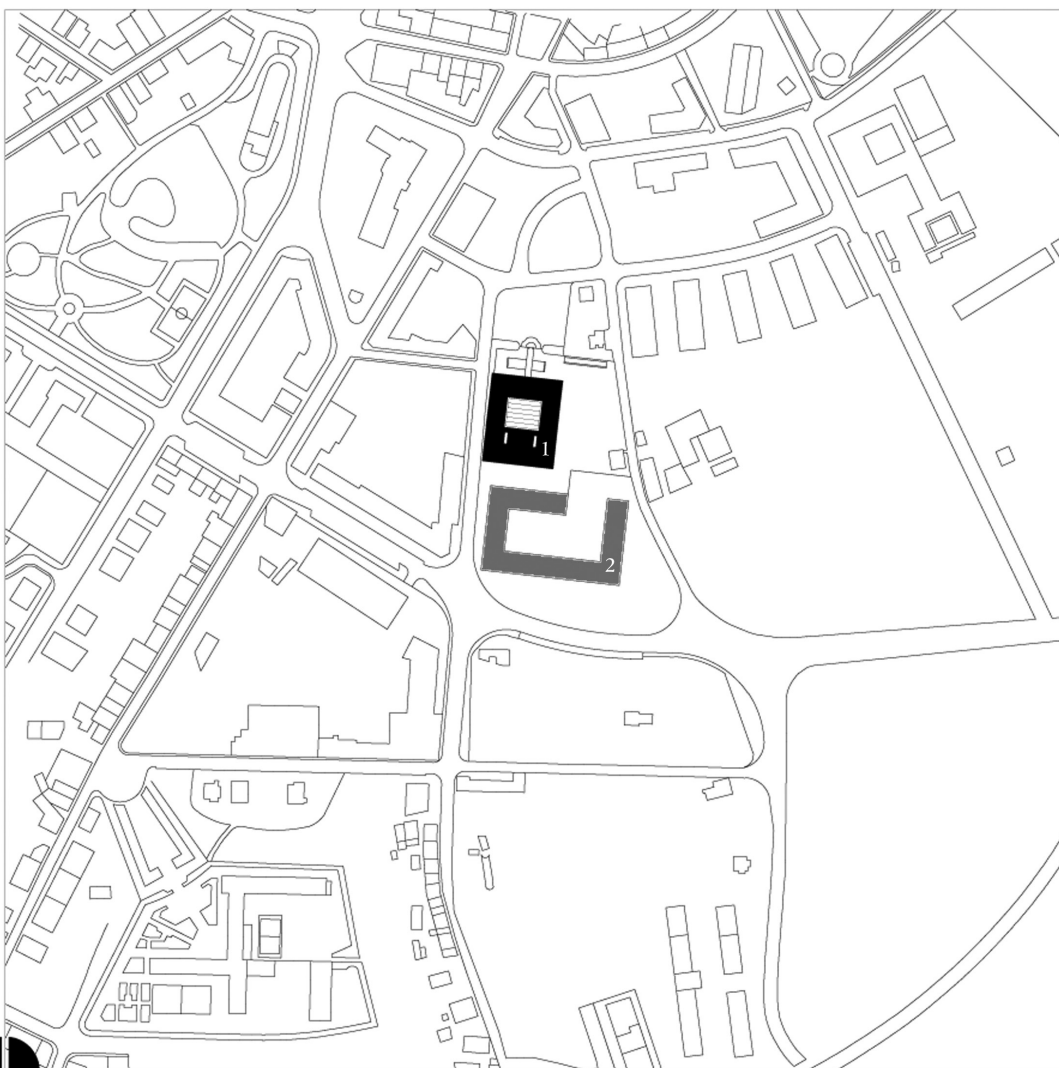
### 3.1 PROCESSO: ESTUDOS PRELIMINARES E PROGRAMA

O projecto para a Pousada de Viseu surge num processo que vai desde 2004 até 2007, ano em que se dão início às obras de reabilitação. A primeira proposta, de Gonçalo Byrne, para a área do antigo hospital, insere-se num plano de pormenor para toda aquela zona, da incumbência da Câmara Municipal de Viseu, em conjunto com a Santa Casa da Misericórdia da mesma cidade. Este primeiro plano de pormenor, para além de integrar o edifício do antigo hospital, previa uma grande ocupação do terreno envolvente. O programa sugeria uma grande área de comércio que interagisse com escritórios. Segundo estas condições, o projecto apresentado previa a ocupação do antigo hospital e propunha uma réplica deste volume para o terreno, a sul. O conjunto verifica-se bastante compacto e maciço onde, de facto, se desenvolveria comércio nos dois primeiros pisos e escritórios nos pisos superior. Este primeiro plano propõe ainda um conjunto de blocos habitacionais a nascente.

Enquanto decorria o processo de análise deste plano de pormenor, o Grupo Pestana Pousadas surge com o interesse em integrar uma Pousada de Portugal no edifício do antigo hospital – a hipótese de a Pousada ocupar os dois volumes que integravam o primeiro plano de pormenor excluiu-se à partida, já que apenas um volume seria o suficiente para as áreas pretendidas. O interesse da Santa Casa da Misericórdia nesta situação era, indubitavelmente, elevado, já que iria valorizar de um modo particular, um edifício que lhe dizia respeito e que se encontrava vazio e desactivado. Assim, a ideia de integrar uma Pousada no antigo hospital avançou e origina um segundo plano de pormenor. O grande programa comercial e de escritórios, tal como a ideia de replicar o volume já existente, são abandonados, mantendo-se apenas o programa habitacional. Esta segunda proposta consistia em criar uma praça central ajardinada, relativamente

F87. 2º Plano de Pormenor. Planta de implantação.

1. Pousada, 2. Habitação.



grande, que era circundada por um edifício em “U”, de habitação e algum (pouco) comércio, no rés-do-chão, aberto sobre o lado nascente do terreno, e ocupar a estrutura do antigo hospital com o programa da Pousada.

A verdade é que, a única parte deste segundo estudo preliminar que se concretizou, foi o plano para a Pousada de Viseu. O restante projecto não foi construído, acabando arquivado na Câmara Municipal de Viseu

Como já foi, então referido, o projecto para a Pousada de Viseu é um empreendimento que se insere na rede hoteleira Pousadas de Portugal dirigida pelo Grupo Pestana Pousadas – Investimentos Turísticos, S.A.. Tratando-se de uma entidade privada, e dado os estudos preliminares que já tinham sido feitos para o edifício do antigo hospital e a zona envolvente, a encomenda do projecto continuaria dirigida (directamente) ao Arquitecto Gonçalo Byrne. O programa inicial pedido verificase um tanto flexível, sendo baseado num cálculo inicial sobre a capacidade de área ocupacional que aquela estrutura permitiria, acabando por se fixar com o decorrer do desenvolvimento do projecto. No entanto, eram apresentados os tipos de instalações desejadas – condições base para os quartos, o número de restaurantes pretendido, a necessidade ou não de um spa, entre outras situações regulares na hotelaria. Juntamente com este programa inicial é lançado um patamar de custos, também este baseado num cálculo estimado sobre o aproveitamento que se poderia obter por uma determinada área. Deste modo, o arquitecto inicia o trabalho baseado num *budget* inicial, dado por m<sup>2</sup>. Destaque-se que no caso do projecto para a Pousada de Viseu, este valor inicialmente indicado, apesar de limitado, era bastante razoável, sendo indubitavelmente possível a realização do projecto nesta base.<sup>91</sup>

No final, o processo de desenvolvimento do projecto em conjunto com as condições e especificidades do programa, revelou-se perfeitamente equilibrado. Contudo, coube também ao arquitecto a responsabilidade de conseguir conciliar o processo projectual com questões de ordem técnica, ainda associados a questões de custos económicos.

«O projecto de arquitectura tem que ter uma grande coerência, tem que ter todas as qualidades que a arquitectura deve conter, e o arquitecto é responsável para que as obras reúnam estas características. No entanto,

91 «Portanto, o arquitecto em princípio tem um *budget*, um valor base por m<sup>2</sup>. Eu devo dizer que no caso da pousada de Viseu era razoável, e começamos a trabalhar com base nesses valores.» *Entrevista a Gonçalo Byrne*. Anexo II, p.165.





tem que perceber que a certo ponto as qualidades têm que ser encontradas dentro de um perfil da obra.»<sup>92</sup>

92 *Entrevista a Gonçalo Byrne. Anexo II, p.169.*

F88. Processo de obra, fachada principal.



F89. Processo de obra, fachada sul.



### 3.2 CONCEITO: PENSAMENTOS E OPÇÕES

Mais do que considerar o processo de reutilização ou reabilitação do antigo Hospital da Misericórdia de Viseu, podemos ponderar o conceito de “reciclagem tipológica” que o arquitecto Gonçalo Byrne introduz nesta abordagem. “Reciclagem” é hoje um tema/termo em crescente popularidade e vulgarmente falado – quer por questões ambientais, quer por questões culturais ou artísticas. Na gíria comum, o acto de “reciclar” define-se em transformar material usado para lhe atribuir um novo uso, reintroduzindo-o num novo ciclo. Neste seguimento, consideremos a transformação de uma estrutura arquitectónica já obsoleta e esgotada pela sua função. Sendo que, esta estrutura – originalmente concebida sob uma tipologia – se encontra degradada e já não apresenta condições para integrar uma vida, terá necessidade de sofrer alterações para que integre um novo ciclo de usos. Assim, inserimos aqui o conceito de “reciclagem tipológica”. Retoma um ciclo de vida - não de uma vida orgânica mas da vida dos edifícios - e aceita que a transformação, como resposta à passagem do tempo, é o meio para a sua própria reinvenção, como refere Rafael Moneo:

«A vida dos edifícios baseia-se na sua arquitectura, na permanência dos seus traços formais mais característicos, e embora possa parecer um paradoxo, essa permanência permite-lhe apreciar as mudanças. O respeito da identidade arquitectónica de um edifício é o que torna possível a mudança, o que lhe garante a vida.»<sup>93</sup>

93 «La vita degli edifici si fonda sulla loro architettura, sulla permanenza dei loro tratti formali più caratteristici, e benché possa sembrare un paradosso, è tale permanenza ciò che permette di apprezzarne i cambiamenti. Il rispetto dell'identità architettonica di un edificio è ciò che ne rende possibile il cambiamento, ciò che ne garantisce la vita.» (MONEO, Rafael – [op. cit.]. p. 155)

F90.  
F91.  
F92.  
F93. Processo de obra.



F94.  
F95.  
F96. Processo de obra.



Ao estabelecermos esta ponte entre passado e presente, isto é, entre uma preexistência tectónica e uma nova tipologia, é necessário ter em consideração que o acto de reabilitar deve reunir alguns limites subjacentes, de modo que, a intervenção permita preservar, dentro dos possíveis, o carácter original do edifício e o seu consequente reconhecimento. A reintrodução de um monumento desafectado no ciclo das utilizações vivas, através da prática da reutilização, constitui um acto de valorização patrimonial, afastando estas estruturas do abandono e do esquecimento. Assim, talvez devêssemos assumir que o exercício da reutilização, a fim de ser eximamente executado, deveria ser considerado sob uma didáctica devidamente orientada; uma pedagogia que, para além de apelar à sensatez do interveniente, necessite também «de uma sensibilidade inscrita na longa duração das tradições urbanas e dos comportamentos patrimoniais.»<sup>94</sup>

É fundamental que estruturas obsoletas - sejam elas estruturas urbanas ou simplesmente edifícios de carácter monumental – se afastem da mira dos campos arqueológicos, da estagnação e por vezes do esquecimento, puxando-as novamente para a vida dos usos contemporâneos. Conservar ou modificar são atitudes de hoje, para que o abandono possa dar lugar a uma função. Assim que se respeite o trabalho de arquitectos passados e que, equitativamente, se aceite que o seu autor será – ou deverá ser – mais efémero que a sua obra. Para que a arquitectura se mantenha viva, os arquitectos de cada época terão a responsabilidade de prolongar a sua permanência no ciclo de usos.

«A mudança, a contínua intervenção, que se quer ou não, são o destino de cada arquitectura. (...) A obra de arquitectura transcende o arquitecto, ultrapassa o momento em que faz a sua construção, e portanto pode ser contemplada sob as luzes de mudança da história, sem que a sua identidade se perca com a passagem do tempo.»<sup>95</sup>

Todavia, intervir num edifício com um passado histórico, que aglutina em torno de si um conjunto de memórias de outras épocas, requer uma abordagem metodológica ponderada que procure entrar na linha temporal traçada até então. Essa intervenção, em forma de projecto de arquitectura e pressupondo uma transformação do existente, deverá ser fundamentada na reflexão e compreensão da sua existência funcional passada e nas suas potencialidades, que poderão

94 CHOAY, Françoise – [op. cit.]. pp. 235-237.

95 «Il cambiamento, il continuo intervento, che lo si voglia o no, sono il destino di ogni architettura. (...) L'opera d'architettura transcende l'architetto, va oltre l'istante in cui si compie la sua costruzione, e dunque può essere contemplata sotto le luci mutevoli della storia senza che la sua identità si perda con il trascorrere del tempo.» (MONEO, Rafael – [op. cit.]. pp. 131-132.)

F97. Processo de obra.



F98. Exterior, lado nascente e sul.



ser lançadas ao futuro. Deste modo, estará profundamente ligada ao tempo do projecto, do que foi e do que poderá vir a ser, numa atitude de diálogo com a preexistência. Esta condição temporal de transição entre dois estados, procura enquadrar um conjunto de escolhas e opções, geridas pelo arquitecto num curto espaço de tempo, *in between*, introduzindo-nos na contemporaneidade do acto arquitectónico.

Para o arquitecto Gonçalo Byrne, no caso da Pousada de Viseu, era necessário estabelecer uma conexão entre a procura de um reajuste de tipologias de usos diferentes, através da *reciclagem* da sua estrutura original. A força da preexistência e do seu esqueleto estrutural, como limite de contenção de vida e da própria materialização da construção, seria indubitavelmente conservada. Note-se que, inclusivamente, a distribuição dos quartos é influenciada pela métrica do desenho de aberturas nos alçados já existentes.

«No caso do Hospital da Misericórdia, devo dizer que fiquei muito surpreendido com a qualidade daquele edifício. Quando o visitei e o comecei a compreender através dos levantamentos, para além de perceber que é claramente um edifício do Neoclássico, era absolutamente extraordinário a coabitação – se é que se pode dizer – e uma grande coincidência entre uma forma arquitectónica contentora de vida e uma tectónica, um *firmitas*, um sistema construtivo intimamente ligado ao uso. Isto foi uma coisa que me fascinou imediatamente.»<sup>96</sup>

Nesta atitude de procura de uma comunicação pacífica entre passado e presente, poderíamos apontar dois aspectos susceptíveis de discussão no projecto Pousada de Viseu. São eles a substituição do telhado de águas original por uma nova cobertura plana - com o aumento de um piso à estrutura original - e a cobertura do grande pátio central que se encontrava, inicialmente, a céu aberto. Foram estes os dois compromissos fortemente assumidos pelo arquitecto Gonçalo Byrne, que mais facilmente ressaltam ao olhar de quem hoje observa a Pousada de Viseu por detrás de uma memória associada a outra vida passada, já um tanto longínqua.

A estrutura que viria a incorporar a Pousada de Viseu transmitia uma clara linguagem neoclássica, já anteriormente descrita, onde se percebe a leitura tripartida da arquitectura clássica, entre o embasamento, o corpo do edifício e a cornija. Como remate superior da estrutura erguia-se um telhado de águas

<sup>96</sup> *Entrevista a Gonçalo Byrne. Anexo II, p.163.*

F99.  
F100.  
F101. Novo piso.





tradicional, que teria sofrido alterações e ganho mais volume, com a instalação de condutas de ar condicionado no seu interior, que permitiam acompanhar o avanço das tecnologias hospitalares.

«A noção que eu tenho é que, quando fui visitar o edifício, senti que a presença daquele telhado era uma verdadeira contradição à leitura neoclássica do edifício. Aquilo que eu acho que era muito notável na arquitectura neoclássica é exactamente a importância da cornija como remate do edifício, como transição do corpo construído para o céu. (...) O meu raciocínio era que aquele telhado anterior não era um bom exercício num edifício neoclássico e que o seu simples desaparecimento já seria favorável.»<sup>97</sup>

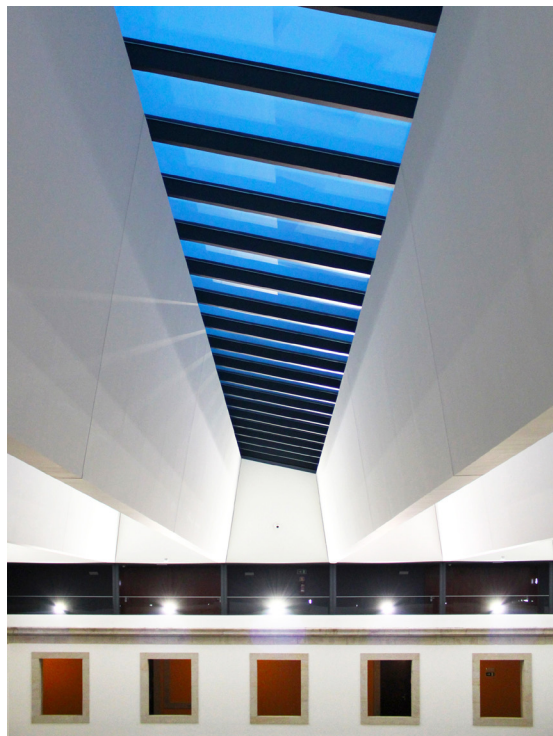
A criação de um novo piso de quartos num desenho muito horizontal, quase miesiano, vem, então, nesta linha de pensamento. Este, encontrando-se recuado relativamente ao plano da fachada, cria uma linha de sombra nos quatro lados do edifício, desfazendo a transição entre cornija e cobertura. Juntamente com a anulação do antigo telhado, o acrescento deste novo plano horizontal, numa tectónica mais ligeira que a estrutura da preexistência, reforça a presença da cornija como elemento de remate, assinalando também a linguagem contemporânea da intervenção, em coexistência com o corpo da estrutura já existente. Saliente-se que este novo piso que aumenta em 28 o número de quartos da pousada foi uma sugestão do arquitecto Gonçalo Byrne, não sendo uma intenção programática inicial do dono da obra.<sup>98</sup>

Relativamente ao segundo ponto, referente à cobertura do pátio central, a fundamentação da linha de pensamento do arquitecto demonstra-se distinta da anterior. O arquitecto Gonçalo Byrne apoia-se na suspeição de que o pátio seria originalmente aberto tal como, e conseqüentemente, o acesso às enfermarias. De facto, os envidraçados que lá existiam e que fechavam o pátio, ainda durante os findos anos enquanto hospital, seriam adaptações feitas a *posteriori*, pouco qualificadas. Presumivelmente teriam sido colocados por uma questão de conforto, claramente indispensável numa unidade hospitalar. No entanto, apesar de adquirido o conforto na circulação interna do hospital, aquele espaço central transformava-se numa caixa delimitada por um pano reflector envidraçado, originando um espaço um tanto desaprazível – apesar

97 *Entrevista a Gonçalo Byrne*. Anexo II, p. 171.

98 «Devo dizer que a opção do acrescento dos quartos não foi nenhuma imposição do programa mas sim sugestão minha ao dono da obra.» *Entrevista a Gonçalo Byrne*. Anexo II, p. 171.

F102.  
F103.  
F104.  
F105. Pátio Central.



de, ainda assim, ser utilizado pelos doentes que queriam passear um pouco sem sair dos limites do hospital. O ponto fulcral aqui, assumindo então que o projecto original distribuiria a céu aberto, era reconquistar a profundidade que existiria em torno do pátio com a inexistência do vidro. Profundidade esta que é perceptível tanto ao nível do rés-do-chão através da arcaria, como também ao nível dos pisos superiores. Remete-nos para a possibilidade de adquirir um grande salão central que, no imaginário ideal, nos transpõe para os grandes espaços colectivos, de forte representatividade, que existiam nos primeiros grandes hotéis. O arquitecto assume que a hipótese de conter este grande salão central, seria uma mais-valia no projecto, considerando-o como o novo coração da pousada.

«Enquanto que o acrescento do piso tinha uma fundamentação, que vinha na linha de um diálogo com um edifício claramente neoclássico, o lanternim é, não tenho dúvidas nenhuma, uma subversão do pátio original, mas que me pareceu ser perfeitamente assimilável. Como intervenção, (...) é o compromisso e a intenção de introduzir no novo edifício um elemento que pode ser claramente unificador do edifício como experiência espacial.»<sup>99</sup>

São estes os aspectos que mais se distinguem na intervenção do arquitecto Gonçalo Byrne. Consciente de que seriam compromissos que alterariam a estrutura original, para que pudesse integrar uma unidade hoteleira, o arquitecto, além do diálogo entre dois tempos distintos e do seu desejável sentido unitário formal, procura também marcar e tornar perceptível uma certa identidade contemporânea da sua intervenção. O arquitecto assume a sua proposta, aliando respeito e mudança, conservação e inovação, consciente de que, mais tarde, esta estrutura será novamente intervencionada por outros arquitectos.

99 *Entrevista a Gonçalo Byrne*. Anexo I, p. 175.

F1o6. Rua lateral, poente.



F1o7. Acesso ao estacionamento.



F1o8. Piscina exterior.



F1o9. Fachada principal.



### 3.3 PROJECTO: OBRA E DETALHES

O edifício do antigo Hospital da Misericórdia de Viseu situa-se num terreno de cota elevada a partir do qual estabelece relações visuais com vários pontos da cidade de Viseu, particularmente com cidade histórica – Sé catedral e edifícios próximos. Como já foi anteriormente descrito, a Pousada de Viseu resulta essencialmente da reconversão desta estrutura, sem grandes gestos ofensivos, o que lhe permite conservar a sua posição enquanto miradouro e objecto arquitectural para com a paisagem envolvente. Aberta ao público em 2009, depois de quatro anos de trabalho desde os primeiros levantamentos, esta unidade hoteleira segue a linha das “Pousada *Charme*” do grupo Pousadas de Portugal e integra 84 quartos, restaurante, spa, piscinas interior e exterior e várias zonas de estar.

O desejo de preservar a linguagem arquitectónica do edifício é, inclusivamente, manifestado pela conservação total do desenho dos alçados e da cerca, a norte, do antigo hospital. É criado um espaço de estacionamento a este do edificado, rebaixado relativamente ao espaço de entrada da pousada – apenas se organizam alguns lugares junto ao átrio de entrada para estacionamento condicionado. Deste modo, procura-se libertar da presença do automóvel o pequeno largo que precede a entrada na pousada. Já o trânsito de viaturas de cargas e descargas é efectuado a sul, onde comunicam directamente com as áreas de serviço. A nascente encontra-se a piscina exterior, envolvida por um amplo espaço de estar. No entanto, estranha-se a falta de uma barreira visual que encerre esta zona que, naturalmente, ambiciona um ambiente mais recatado.

Integrado na estrutura já existente de granito com espessuras bastante consideráveis e reaproveitando as grandes paredes estruturantes, o arquitecto encara «essa crueza, quase uma estática, [a] força da tectónica daquela preexistência» e assume-a como base de projecto. Os interiores são desenvolvidos sob influência

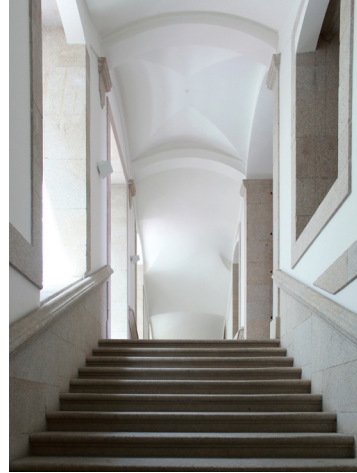
F110. Átrio de entrada.



F111. Pátio central.



F112. Escadaria principal.



F113. Sala de fumadores (farmácia).



F114. Restaurante.



F115. Restaurante, acesso exterior.



F116. Escadaria principal, piso 3.



F117. Spa, recepção.



F118. Spa, piscina interior.



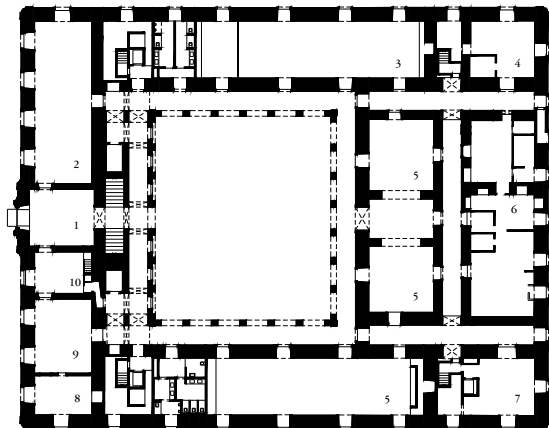
da métrica das aberturas dos alçados e a escadaria em pedra – que funcionava como principal ponto de ligação vertical do antigo hospital – é conservada, tal como toda a zona do grande pátio central. No entanto, por razões de ordem funcional e de cumprimento dos regulamentos de segurança, são integrados nos quatro vértices quatro caixas de escadas equidistantes e dois elevadores públicos na ala norte e um de serviço, recuado, na ala sul.

A entrada principal da pousada faz-se a norte, no piso térreo, mantendo-se, mais uma vez, a estruturação original do edifício já existente. Depois do pequeno átrio de recepção e do enquadramento da escadaria dupla em pedra, somos inseridos no amplo espaço do salão central, que prolonga o momento de chegada e entrada na pousada. Aqui apercebemo-nos das galerias que contornam o pátio e que permitem estabelecer diversas relações sensoriais entre vários pontos dos percursos da pousada. Este grande espaço central, que nos é apresentado com uma organização flexível – o seu mobiliário pode ser distribuído consoante a função que pretendemos realizar –, é particularmente favorecido pela iluminação zenital, que se faz presenciar através da cobertura de lanternins, elemento acrescentado à estrutura original. Esta presença muito forte da luz dá-nos uma maior capacidade de perceber a profundidade dos espaços em torno da arcada que cerra o pátio. À noite, quando a luz natural já não nos pode presentear, a iluminação artificial subtilmente encaixada na estrutura de lanternins em conjunto com uma outra que parece imergir do chão, cria o mesmo ambiente de conforto que seria desejado. O tom preto do último piso faz com que a cobertura se liberte das fachadas que encerram o pátio. Fachadas estas que, pela sua composição, nos emergem num ambiente cénico, como se de um espaço urbano se tratasse. De repente, vemo-nos inseridos numa praça e não num pátio cerrado.

É também no piso térreo que se situam grande parte dos espaços públicos e sociais, dos quais os seus utilizadores podem usufruir. Restaurante, salas polivalentes ou de reuniões e ainda outros espaços de estar, preenchem as alas norte, este, oeste e parte da ala sul deste piso. Note-se que a antiga botica situada no extremo noroeste deste nível, foi conservada e restaurada integrando agora uma pequena sala de estar para fumadores. Ironicamente, a sua entrada interior quase mascarada pela porta de um dos móveis da antiga botica, revela-se um tanto acanhada para tal espaço. No entanto, sublinhe-se o esforço de manter tanto o mobiliário, como algumas peças farmacêuticas, como ainda o brasão da Santa Casa da Misericórdia gravado no cimo de uma das paredes, originais do antigo hospital. Recuadas na ala sul do edifício, encontram-se algumas zonas

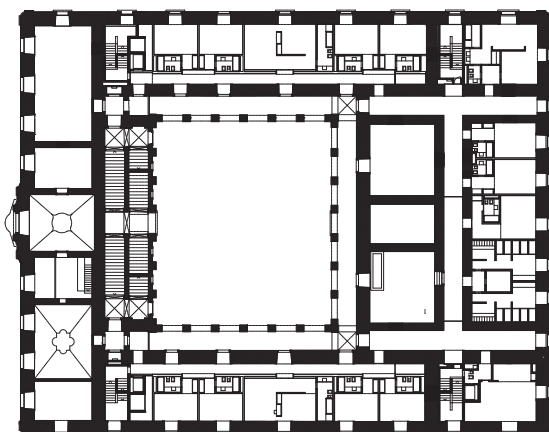
F119. Planta piso 0.

1. Átrio de entrada, 2. Sala de estar, 3. Sala polivalente, 4. Economato, 5. Restaurante, 6. Cozinha, 7. Rouparia, 8. Sala de fumadores, 9. Sala de estar, 10. Back office.



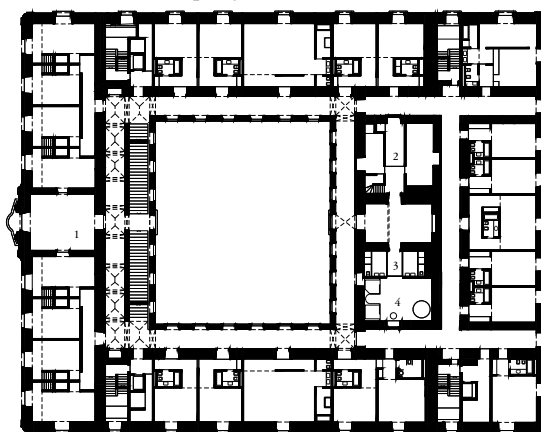
F120. Planta piso 1.

1. Área técnica.



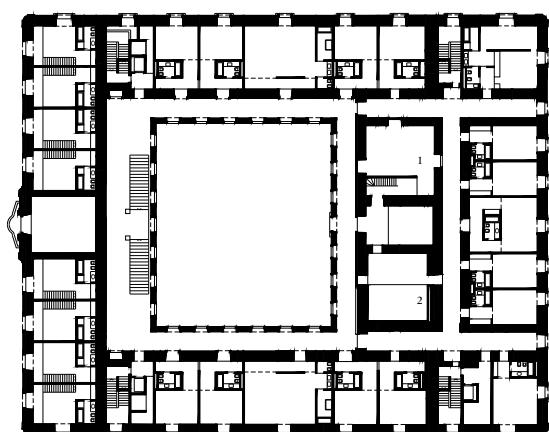
F121. Planta piso 2.

1. Salão nobre, 2. Spa - Salas de massagem, 3. Spa - Balneário, 4. Spa - Jacuzzi.



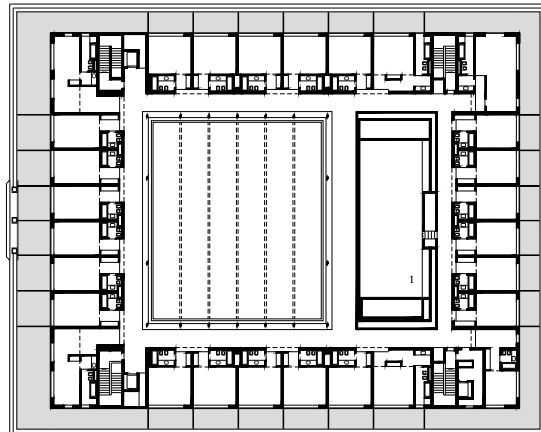
F122. Planta piso 3.

1. Spa - Ginásio, 2. Spa - Piscina interior.



F123. Planta piso 4.

1. Área técnica.



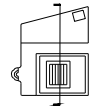


de serviço, tal como também uma entrada secundária para cargas e descargas, que dão apoio ao funcionamento geral da pousada.

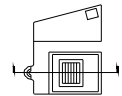
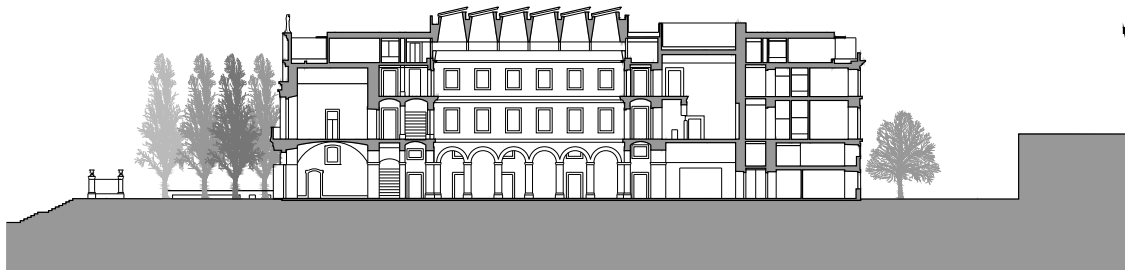
No 1º andar começam a posicionar-se os quartos. Dado o pé-direito duplo no corpo norte, ao nível do piso térreo, este piso apenas dispõe de quartos correspondentes às fachadas sul, este e oeste. Os corredores que distribuem seguem a estrutura original do edificado e, assim, encontram-se recuados relativamente à galeria que se desenrola em torno do pátio central. A este e oeste revelam-se em passagens estreitas que espreitam timidamente sobre a galeria principal através de algumas aberturas. A sul, já mais desafogado, o corredor rompe a meio desta ala para servir os quartos. Ainda neste corpo, encontram-se duas áreas de serviço, uma das quais resulta do aproveitamento do espaço necessário sob o *jacuzzi* – que se encontra no piso acima deste. Este nível revela-se, todo ele, com uma altura mais reduzida dado resultar do aproveitamento do elevado pé-direito do piso inferior. Também as suas janelas para o exterior são mais pequenas que as restantes, na sequência do aproveitamento das aberturas já existentes.

Seguidamente, afiguram-se o 2º e o 3º piso muito semelhantes entre si. Como aproveitamento do pé-direito duplo do corpo norte, o arquitecto propõe integrar quartos duplexes nesta ala. Assim, estes quartos ocupariam os pisos 2 e 3 a norte, resultando em 8 unidades que permitem acomodar mais do que as habituais 2 pessoas, estando disponíveis para pequenas famílias. Centralmente a esta bateria de quartos, situa-se o salão nobre, numa prossecução representativa do já existente, cuja altura é mantida apresentando, assim, pé-direito duplo. Esta sala de estar é presenteada com uma pequena varanda de onde se consegue contemplar um magnífico enquadramento da cidade de Viseu. Nas restantes alas, mais quartos se instalam fincados às fachadas do edifício. No espaço onde outrora se encontrava a capela do antigo hospital, descobrimos agora o *spa*. Com duas entradas, a principal pelo 2º piso e uma secundária pelo 3º piso – onde dantes existia o coro alto da capela -, o *spa* agrupa em torno de si espaços como salas de massagem, *jacuzzi*, ginásio, uma piscina interior e balneários de apoio. O 4º e último piso corresponde ao novo andar acrescentado pelo arquitecto. O seu limite recuado relativamente à fachada permite a criação de um terraço em torno de todo o edifício. Deste modo, os quartos distribuídos pelos quatro flancos usufruem deste espaço exteriores que têm um carácter muito reservado e privado, para além da ampla paisagem. Ainda neste andar, situa-se uma grande área técnica onde se acondiciona toda a maquinaria relativa à ventilação do edifício. O desenho da métrica deste piso é, naturalmente, mais livre do que em todos os outros, isto é, já não tem que se encaixar nas espessas parede de granito nem

F124. Perfil transversal.



F125. Perfil longitudinal.



F126. Passagem, piso 1.



F127. Acesso aos quartos, piso 1.



F128. Quarto duplex, piso 2/3.



F129. Acesso aos quartos, piso 4.



F130. Quarto, piso 4.



F131. Terraço, piso 4.



nas aberturas dos alçados previamente impostas. Ainda assim, mesmo sendo um piso desenhado de raiz, é visível a preocupação de considerar as caixas de escadas que provêm dos pisos inferiores, como também se denota uma certa semelhança ao ritmo de quartos, nas alas este e oeste, relativamente aos dois pisos inferiores. Não estando, então, sujeito a uma regra da preexistência, procura-se o melhor aproveitamento do espaço possível, em torno da nova varanda panorâmica, que contorna os limites superiores do edifício.

Fig. 2. Acesso à Pousada.



### 3.4 APROPRIAÇÃO: UMA NOVA VIDA

Arquitectura como contentor de vida é a constante abordagem que o arquitecto Gonçalo Byrne faz à sua obra. Arquitectura sem vida, sem o *utilitas* vitruviano, não será arquitectura em pleno. Essa vida, a vida dos edifícios, é mantida pelas sucessivas contemporaneidades e usos introduzidos com a passagem do tempo. Mas, para que tal suceda, é necessário que o arquitecto ocupe o seu devido lugar – o do tempo curto do projecto – e que atribua à sua obra todas as características necessárias para que ela se prolongue, tanto quanto possível, independente do seu autor. Outros arquitectos virão e, com todo o respeito merecido – assim se espera que aconteça –, assumirão a decisão de intervir em obras dos seus antepassados e oferecer-lhe todas as características que lhe permitam voltar ao ciclo dos usos e da vida que se gera dentro de si.

«A vida instalada vai pôr à prova os edifícios, interagindo no longo tempo com a sua presença durável, alternando a erosão e regeneração, confrontando-se com as sucessivas gerações e actividades que com ele e nele vivem. Os projectos e os seus autores há muito que se isolaram.»<sup>100</sup>

Quando abordamos a questão da intervenção no património e o seu efeito no conjunto de memórias que lhe dizem respeito, há que reflectir sobre uma panóplia de questões que se relacionam tanto com a necessidade da aprofundação do conhecimento desta matéria, como com os limites desta operação, procurando uma entrada pacífica no processo temporal do edificado. Consideremos então um tempo histórico estratificado onde a memória assume um duplo papel – não é apenas a memória patente na substância do construído, seja um monumento

<sup>100</sup> BYRNE, Gonçalo – *Gonçalo Byrne: Urbanidades* [op. cit.]. p. 57.



ou um tecido urbano, mas é também a memória como elemento reflexivo do processo mental da abordagem do arquitecto. «E só este uso da memória como instrumento, como material do projecto, permite superar a tradicional contraposição entre antigo e novo, entre preservação e inovação, entre diálogo e projecto, [onde] as linguagens inovadoras da modernidade e as linguagens consolidadas da história são amálgamas, ressoam e tornam-se complementares.»<sup>101</sup>

Desfaçamos a barreira que não permite dar continuidade às sucessivas contemporaneidades presentes na arquitectura – contemporaneidades que lhe dizem respeito enquanto contentor de vida e enquanto processo artístico de uma determinada época. Não deixar que uma estrutura edificada, com valor patrimonial, caia em desuso e se alinhe no caminho da arqueologia, deverá ser a abordagem dos arquitectos perante tantos cantos e recantos abandonados das nossas cidades. Que estes se transformem em (novos) contentores de vida, onde as modificações neles efectuadas ao longo do tempo consolidam novas manifestações e novos valores, associando o conhecimento, os hábitos e a experiência de vida dos seus criadores e dos seus utilizadores.

A apropriação destes elementos que nos relatam a história de outros tempos e de outra vida, fá-los reaparecer na actualidade dos acontecimentos. Fá-los ressurgir de uma tipologia base para um novo uso, que se pretende apropriado às necessidades nos tempos correntes. A verdade é que, e tal como refere Vera Magalhães,

«nem sempre é possível a permanência das funções que presidiram à construção de certos edifícios. Nestes casos, sou resolutamente apologista da sua readaptação a outro uso, promotor da sua reabilitação e consequente valorização.»<sup>102</sup>

Tomar como ponto de partida uma estrutura hospitalar e transformá-la numa tipologia hoteleira é indubitavelmente uma transformação plausível. São duas estruturas que dialogam pacificamente, que se adaptam quase directamente. Talvez por isso – não só –, o caso da Pousada de Viseu seja, em minha opinião, um sucesso. Realce-se o compromisso que o arquitecto assume ao preservar

<sup>101</sup> «E solo questo uso della memoria come strumento, come materiale del progetto, può consentire di superare la tradizionale contrapposizione tra antico e nuovo, tra tutela e innovazione, tra conversazione e progetto, per rivendicare un'«architettura della durata» che corrisponde a questa tradizione «altra» della modernità: una tradizione seconda la quale i linguaggi innovativi della modernità e i linguaggi consolidati della storia vengono mescolati, entrano in risonanza e diventano complementari.» (CROSET, Pierre-Alain. In MONEO, Rafael; BONINO, Michele; CROSET, Pierre - Alain – *Costruire nel costruito*. p. 58).

<sup>102</sup> *Entrevista a Vera Magalhães*. Anexo III, p.189.





integralmente a linguagem arquitectónica do edificado e da sua estrutura, não deixando, no entanto, de patentear a sua intervenção, aliando construções passadas ao carácter da linguagem contemporânea. Afinal, a memória da imagem da preexistência permanece. «Era importante que quando se falasse da Pousada de Viseu se preservasse o complemento que remete para o pretérito, para o antigo hospital S. Teotónio».<sup>103</sup>

Ainda que se questione relativamente a um telhado de águas que se substituiu por um plano horizontal – que ainda se atreve a acrescentar um piso à estrutura original –, ou sobre um pátio que era a céu aberto e que deixou de ser, é com satisfação que se descobre um novo espaço, que promove um ambiente de bem-estar, por entre «apontamentos de perfeito equilíbrio entre preexistências e renovo».<sup>104</sup>

Sabemos que “esta” arquitectura não é eterna ou imune aos efeitos inevitáveis dos agentes naturais e, por vezes, humanos. Todavia, a sua duração deverá ser mais longa que vida do próprio arquitecto que a concebeu. A geração de amanhã procurará fazê-la ressurgir, integrando-a num novo ciclo, dando-lhe uma nova vida. Afinal, cada arquitecto procura atribuir as características necessárias à sua obra, desejando que ela dure o maior tempo possível. No entanto, a ideia de eternidade não será um objectivo tangível. Não a eternidade de todos os preceitos que fundamentam uma obra de arquitectura.

«– Segundo o seu ponto de vista, hoje é ainda possível falar de “eternidade” em arquitectura?

– Felizmente, a eternidade é um conceito com qual não temos motivo para nos preocuparmos.»<sup>105</sup>

103 *Entrevista a Vera Magalhães*. Anexo III, p.189.

104 *Entrevista a Vera Magalhães*. Anexo III, p.189.

105 «– Secondo lei oggi è ancora possibile parlare di “eternità” in architettura? – *Fortunatamente, l’eternità è un concetto di cui non abbiamo motivo di occuparci.*» (In MONEO, Rafael – *Venti domande a Rafael Moneo*.) p. 63.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os “modelos” não existem, ou não devem existir, quando falamos em intervir no património. Cada caso é um caso. Cada preexistência deve revelar-nos uma nova abordagem, já que é aqui que se encontra o ponto de arranque de uma nova proposta, de uma nova vida. Conhecê-la e compreendê-la é impreterível. Perceber o que ela significa, qual a história para que nos remete, constitui momento fundamental para que, mais tarde, ao nível do projecto de arquitectura, não se eliminem reminiscências de memórias culturais passadas. O desenho da nova vida deve, então, partir desta simbiose, entre pretérito e futuro.

«O seu tempo é, por isso, o da longa duração – ou da *lunga durata*, como gosta de dizer -, preferindo a leitura diacrónica das histórias urbanas à vivência sincrónica dos eventos arquitectónicos. Mas não nos enganemos: Byrne não é um historiador, pois não ousa prender-se ao fascínio dos factos passados; prefere antes fazer a “história do futuro”, aquela que só a mão fundadora ou transformadora de um arquitecto sabe desenhar.»<sup>106</sup>

O sucesso da intervenção do Arquitecto Gonçalo Byrne na Pousada de Viseu é indubitavelmente real. O diálogo estabelecido entre duas épocas, duas tipologias e dois usos distintos, revela-se sereno, onde dois tempos se fundem, transparecendo memórias de várias contemporaneidades. Não se pretende equiparar este caso a outros de pousadas resultantes de intervenções no património, brevemente referidas neste trabalho, como a intervenção em Santa Marinha de Fernando Távora ou no Bouro de Eduardo Souto de Moura. Facto é que a Pousada de

<sup>106</sup> GRANDE, Nuno – “O Narrador das Cidades”. In BYRNE, Gonçalo – *Gonçalo Byrne: Urbanidades* [op. cit.].



Viseu, como elemento que toma o seu lugar na linha da história das pousadas, é um exemplo com resultados bastante positivos.

De igual modo, não se descurem as outras duas intervenções de Gonçalo Byrne, em *Estoi* e em *Cascais*. Embora, e forçosamente, de abordagens diferentes mostrarmos que aqueles dois espaços, que se encontravam desabitados, retinham em si capacidade de integrar novas funções. Fica por aprofundar um estudo mais detalhado destas obras e as relações de existência possível entre si.

No entanto, sabemos que, actualmente, ao referirmos o programa “Pousada” os parâmetros de luxo e conforto encontram-se num patamar elevado e em proporção aos lucros pretendidos. Não será este um factor que deseja encontrar as suas circunstâncias favoráveis, independentemente de valores de respeito ao património existente? E aqui poderíamos questionar – Não era a Cidadela de Cascais uma fortaleza, que queria as suas espessas paredes de pedra de frente para o mar, com uma vida virada para o seu interior, em vez de procurar elevar as suas funções acima do nível das suas ameias, por onde se tenta espreitar para a paisagem exterior? Afinal, qual será, se é que existe, o limite da liberdade numa intervenção deste tipo? Importa repensar este ponto, no sentido de cuidar e salvaguardar estas estruturas, quando intervencionadas. As alterações podem até ser profundas e marcantes, mas não devem desconsiderar a estrutura existente.

«A arquitectura deixa sempre qualquer coisa que não existia antes.»<sup>107</sup>

O tema “Pousadas de Portugal” aparenta ser inesgotável, já que os seus exemplares não param de se multiplicar. Prevê-se a abertura de mais uma unidade hoteleira deste grupo, ainda no corrente ano de 2012, resultante da intervenção de Souto de Moura no Sanatório dos funcionários dos Caminhos de Ferro, na Covilhã – um projecto de Cottinelli Telmo, dos anos 20. Na verdade, edifícios de carácter arquitectónico, de elevado interesse, em estado de abandono não escasseiam em Portugal. Talvez este programa seja uma solução a ter em conta, como acção recicladora que reactiva estas estruturas, num processo de metamorfose das memórias que lhes estão associadas. Não pelo luxo, muito menos pelo lucro dos privados que a exploram, mas sim para que se possam valorizar e reavivar edifícios identitários de outras épocas e culturas. Mais pousadas virão.

107 BYRNE, Gonçalo, [et al.] – *Gonçalo Byrne: geografias vivas*. [registo vídeo].



## BIBLIOGRAFIA

- Dicionário da Língua Portuguesa (Dicionários Editora)**. 7<sup>a</sup> edição. Porto: Porto Editora, 1996. ISBN 9720050012.
- Conferencia dictada por el Arquitecto Portugués Gonçalo Byrne** [registo vídeo em linha]. Madrid: 2010. actual. 22-10-2010. [consult. 20-09-2011]. Disponível em: <<http://vimeo.com/16108583>>.
- AA. VV. – **Pousada Na. Sra. da Assunção**. Lisboa: ENATUR, 1996. ISBN 9729647232.
- AA. VV. – **Pousada Flor da Rosa**. Lisboa: ENATUR, 2001a. ISBN 9729647232.
- AA. VV. – **Santa Maria do Bouro: Construir uma Pousada com as pedras de um Mosteiro**. Lisboa: White & Blue, 2001b. ISBN 9728650019.
- ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – **O Porto na época dos Alamadas: arquitectura, obras públicas**. 2 vols. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1988/1990. ISBN 972605026X.
- ARGAN, Giulio Carlo – “Il concetto di «centro storico»”. In **Il concetto di centro storico: Ricerca archeologica, recupero, conservazione, riuso, protezione dei Beni Culturali**. Milão: Guerini, 1990. ISBN 8878021857. pp. 15-21.
- BASTOS, João Paulo Barbosa de – **Projecto para a Casa de Saúde Almeida Pinho: Reabilitação ou reciclagem**. Coimbra: Departamento de Arquitectura (Universidade de Coimbra), 2011. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura.





- BYRNE, Gonçalo – **Geografias Vivas: VI bienal internacional de arquitectura de São Paulo** Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2006. ISBN 9789728897109.
- BYRNE, Gonçalo – **Gonçalo Byrne: Urbanidades**. Corunha: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2011. ISBN 9788495892867.
- BYRNE, Gonçalo, [et al.] – **Gonçalo Byrne: geografias vivas** [registo vídeo]. Lisboa: 2006. DVD (97 min).
- CHOAY, Françoise – **A Alegoria do Património**. Lisboa: Edições 70, 2006. ISBN 9724412059.
- CORBOZ, André – “O Território como Palimpsesto”. In RODRIGUES, José Manuel (coord.); TOSTÕES, Ana (ed.) – **Teoria e Crítica da Arquitectura Século XX**. Lisboa: Caleidoscópico, Ordem dos Arquitectos, 2010. ISBN 97889896580650. pp. 841-852.
- COSTA, Alexandre Alves – “O Património entre a Aposta Arriscada e a Confidência Nascida da Intimidade”. In **Alexandre Alves Costa: candidatura ao prémio Jean Tschumi: UIA 2005**. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2006. ISBN 972-8897-07-3. pp. 86-92.
- CRAVEIRO, Maria de Lurdes dos Anjos – **Manuel Alves Macomboa: Arquitecto da reforma Pombalina da Universidade de Coimbra**. Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade, 1990. ISBN 9729309019.
- ECO, Umberto – “A Estrutura Ausente”. In RODRIGUES, José Manuel (coord.) – **Teoria e Crítica da Arquitectura Século XX**. Lisboa: Caleidoscópico, Ordem dos Arquitectos, 2010. ISBN 97889896580650. pp. 566-575.
- FERNANDES, José Manuel – “Pousadas de Portugal. Obras de raiz e em Monumentos”. In ALÇADA, Margarida (coord.); GRILO, Maria Inácia Teles (coord.) – **Caminhos do Património**. Lisboa: DGEMN e Livros Horizonte, 1999. ISBN 9729763828. pp. 159-177.
- FIGUEIRA, Jorge – “Da vida original dos edifícios”. **ECDJ: A Polémica do Freixo - Fernando Távora**. Série I. Coimbra: Edições do Departamento de Arquitectura. ISSN 08746168. n.º 1 (Outubro 1999), pp. 41-45.
- GARCIA, Francisco – **Construir en lo construido: la arquitectura como modificación**. 2.ª ed. Madrid: Editorial Nerea, 1996. ISBN 8486763657.



- GAUSA, Manuel, [et al.] – **Diccionario metápolis arquitectura avanzada**. Barcelona: Actar, 2001. ISBN 8495273934.
- GIRÃO, Aristides de Amorim – **Viseu: Estudo de uma aglomeração urbana**. Coimbra: Coimbra Editora, 1925.
- LACERDA, Manuel; RAMALHO, Maria Magalhães – “A arquitectura como guardiã da memória”. **Património estudos**. Lisboa: IPPAR. ISSN 1645-2453. n.º 9 (2006), pp. 5-8.
- LOBO, Susana – “1942-2002: 60 Anos de Pousadas”. In TOSTÕES, Ana (coord. cient.) – **Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970**. Lisboa: IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico, 2004. ISBN 9728736355. pp. 82-101.
- LOBO, Susana – **Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006. ISBN 9728704925.
- MAGALHÃES, Vera Lúcia Almeida – **O Hospital Novo da Misericórdia de Viseu: Assistência, Poder e Imagem** Viseu: Santa Casa da Misericórdia de Viseu, [2011]. ISBN 9789899718623.
- MARQUES, Carlos Vaz – **Entrevista a Gonçalo Byrne** [Em linha]. [Lisboa]: 2007. [consult. 20-09-2011]. Disponível em: <[http://www.tsf.pt/PaginaInicial/AudioeVideo.aspx?content\\_id=889118](http://www.tsf.pt/PaginaInicial/AudioeVideo.aspx?content_id=889118)>.
- MILETO, Camilla; VEGAS, Fernando – “El edificio y su memoria: Conservación de las huellas del pasado”. **Património estudos**. Lisboa: IPPAR. ISSN 16452453. n.º 9 (2006), pp. 72-76.
- MONEO, Rafael – **La solitudine degli edifici e altri scritti: questioni intorno all'architettura**. Turim: Umberto Allemandi & C., 1999. ISBN 8842209236.
- MONEO, Rafael – **The Freedom of the Architect**. Michigan: University of Michigan, 2002. ISBN 1891197150.
- MONEO, Rafael – **Venti domande a Rafael Moneo**. VECCI, Tommaso (ed.); TARTAGLIA, Antonio (ed.). Nápoles: Clean edizioni, 2007. ISBN 9788884970022.
- MONEO, Rafael; BONINO, Michele; CROSET, Pierre - Alain – **Costruire nel costruito**. Turim: Umberto Allemandi & C., 2007. ISBN 9788842215103.



- MUFFATO, Alberto – “Due pousadas, Portogallo”. *Casabella*. Milão: Electa. ISSN 00087181. n.º 798 (2001), pp. 54-61.
- NETO, Maria João Baptista – “Critérios de Intervenção nos Monumentos: da Preservação Iconográfica à Recuperação Arquitectónica”. In **Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)**. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001. ISBN 9729483450. pp. 23-61.
- NETO, Maria João Baptista – “A propósito da Carta de Veneza (1964-2004): Um olhar sobre o património arquitectónico nos últimos cinquenta anos”. **Património estudos**. Lisboa: IPPAR. ISSN 1645-2453. n.º 9 (2006), pp. 91-99.
- NONELL, Anni Günther – “Os técnicos ao serviço da administração central e local. Engenheiros militares, arquitectos e mestres das obras públicas”. In **Porto, 1763/1852 : a construção da cidade entre despotismo e liberalismo**. Porto: FAUP publicações, 2002. ISBN 9729483574. pp. 108-115.
- PEREIRA, Pedro Nuno de Oliveira – **Viseu e a ideia de cidade**: Coimbra: Departamento de Arquitectura (Universidade de Coimbra), 2000. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura.
- PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel – “A Reflexão da Arquitectura e a Expressão de Tendência - Itinerários”. In **Arquitectura Portuguesa Contemporânea: Anos Sessenta/Anos Oitenta**. Porto: Fundação de Serralves, 1991. pp. 83-98.
- PROVIDÊNCIA, Paulo – **A Cabana do Higienista**. Coimbra: Edições do Departamento de Arquitectura, 2000. ISBN 9729738351.
- ROSSI, Aldo – **A Arquitectura da Cidade**. [2.ª ed.]. Lisboa: Edições Cosmos, 2001. ISBN 972-762-126-0.
- SANCHES, António Ribeiro – **Tratado da Conservação da Saúde dos Povos** [Em linha]. [Universidade da Beira Interior, Covilhã]. Disponível em: <[http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches\\_obras/tratado\\_saude\\_povos.pdf](http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/tratado_saude_povos.pdf)>.
- SANTOS, Jose Paulo dos – “Loios Convent Renovation and Extension”. In OJEDA, Oscar Riera (comp.) – **Jose Paulo dos Santos**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001a. ISBN 8425218632. pp. 98-129.
- SANTOS, José Paulo dos – “Convento dos Loios”. **Prototipo**. Lisboa: StereoMatrix. ISSN 08744513. n.º 5 Maio (2001b).



SOLÀ-MORALES, Ignasi de – **Territorios**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002. ISBN 8425218640.

TÁVORA, Fernando – “Convento de Santa Marinha”. In (ed.), Luís TRIGUEIROS – **Fernando Távora**. Lisboa: Blau, 1993. pp. 110-119.

VAZ, Raquel Maria Filipe Álvares Guedes – **Património: Intervir ou Interferir?: Sta. Marinha da Costa e Sta. Maria do Bouro**. Coimbra: Departamento de Arquitectura (Universidade de Coimbra), 2009. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura.

VENDA, Cátia Filipa Fidalgo de Sousa – **Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património**. Lisboa: Instituto Superior Técnico (Universidade Técnica de Lisboa), 2008. Dissertação de Mestrado em Arquitectura.





## FONTE DAS IMAGENS

### **Página 1**

Fotografia da autora.

## CAPÍTULO 1

### **Página 14**

Processo de obra da Pousada de Viseu: Luís Ferreira Alves (cedidas pelo Arquitecto  
Gonçalo Byrne)

### **Página 16**

F1: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:Viseu\\_-\\_Centro.jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Viseu_-_Centro.jpg)

### **Página 22**

F2, F3, F4: Fotografias da autora.

### **Página 36**

F5, F6, F7: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/01/primeiras-pousadas-de-portugal.html>

### **Página 38**

F8, F11: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/01/primeiras-pousadas-de-portugal.html>

F9: <http://www.flickr.com/photos/biblarde/5181467248/>

F10: <http://blogdaruanove.blogs.sapo.pt/47512.html>

### **Página 40**

F12: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=17324](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17324)

F13: <http://www.teetimes.pt/slideshow/photos/accom/232/img1.jpg>



F14, F15: LOBO, Susana – **Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006. ISBN 9728704925.

#### Página 42

F16: <http://www.pousadas.pt/historic-hotels-portugal/pt/pousadas/lisbon-hotels/pousada-de-obidos/castelo-de-obidos/pages/home.aspx>

F17: <http://www.fotosantesedepois.com/wp-content/uploads/2011/10/forte-de-S%C3%A3o-Jo%C3%A3o-Baptista-berlengas.jpg>

F18: <http://rahalemportugal.blogspot.pt/>

F19: <http://crisaguiargomes.blogspot.pt/2012/04/forte-de-sao-filipe-de-setubal.html>

F20: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pousada\\_Rainha\\_Santa\\_Isabel-Estremoz\\_%281%29.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pousada_Rainha_Santa_Isabel-Estremoz_%281%29.jpg)

F21: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=859454&page=11>

#### Página 44

F22: <http://www.pbase.com/image/90808464>

F23, F24: [www.panoramio.com](http://www.panoramio.com)

F25: <http://radiogeice.com/geicefm/index.php/noticias/332-cerveira-projecto-de-remodelacao-da-pousada-d-dinis-a-aguardar-qluz-verdeq>

#### Página 46

F26: <http://therecordsoftime.com/2012/06/05/pousada-santa-marinha-guimaraes-portugal/>

F27: <http://www.g-sat.net/mosteiros-e-conventos-de-portugal-1510/mosteiro-de-santa-marinha-da-costa-guimaraes-164648.html>

F28: F29: <http://www.geolocation.ws/v/P/48113618/guimares-pousada-de-santa-marinha/en>

#### Página 48

F30: <http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/2010/07/lor-da-rosa.html>

F31: <http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/2010/07/arraiolos.html>

F32: <http://tempocaminhado.blogspot.pt/2012/06/pousadas-de-portugal>

#### Página 52

F33: [http://atouchoflisbon.blogspot.pt/2011/08/pousada-de-arraiolos\\_25.html](http://atouchoflisbon.blogspot.pt/2011/08/pousada-de-arraiolos_25.html)

F34: LOBO, Susana – **Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006. ISBN 9728704925.

F35: <http://www.panoramio.com/photo/39481038>

F36: <http://primosqueridos.blogspot.pt/2010/05/pousada-dos-loios.html>



F37, F39: <http://andessemparar.blogspot.pt/2011/01/pousada-flor-da-rosa-crato.html>

F38: AA. VV. – **Pousada Flor da Rosa**. Lisboa: ENATUR, 2001. ISBN 9729647232.

F40: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pousada\\_Flor\\_da\\_Rosa\\_-\\_Piscina.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pousada_Flor_da_Rosa_-_Piscina.jpg)

#### **Página 54**

F41, F44: <http://www.geolocation.ws/v/W/File:Charme%20e%20requite.jpg/-/en>

F42, F43, F45: AA. VV. – **Santa Maria do Bouro: Construir uma Pousada com as pedras de um Mosteiro**. Lisboa: White & Blue, 2001. ISBN 9728650019.

F46: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pousada\\_Sta\\_Maria\\_Bouro\\_049-1.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pousada_Sta_Maria_Bouro_049-1.jpg)

F47: <http://www.arquitetonico.ufsc.br/e-o-ganhador-do-pritzker-2011-e>

#### **Página 56**

F48, F54: MUFFATO, Alberto – “Due pousadas, Portogallo”. **Casabella**. Milão: Electa. ISSN 00087181. n.º 798 (2001), pp. 54-61.

F49, F53: Desenhos cedido pelo Arquitecto Gonçalo Byrne.

F50, 51, F52, F55: Fotografias da autora.

#### **Página 58**

F56, F57: Desenho e modelo 3D cedidos pelo Arquitecto Gonçalo Byrne.

F58: [http://www.e-architect.co.uk/portuguese\\_architecture.htm#.UBLJYKAfGt8](http://www.e-architect.co.uk/portuguese_architecture.htm#.UBLJYKAfGt8)

F59, F60: [http://www.e-architect.co.uk/portugal/pousada\\_cascais\\_citadel\\_hotel.htm#.UBLKK6AfGt8](http://www.e-architect.co.uk/portugal/pousada_cascais_citadel_hotel.htm#.UBLKK6AfGt8)

## CAPÍTULO 2

#### **Página 62**

Processo de obra da Pousada de Viseu: Luís Ferreira Alves (cedidas pelo Arquitecto Gonçalo Byrne).

#### **Página 64**

F61, F62: Fotografias da autora.

F63: MAGALHÃES, Vera Lúcia Almeida – **O Hospital Novo da Misericórdia de Viseu: Assistência, Poder e Imagem** Viseu: Santa Casa da Misericórdia de Viseu, [2011]. ISBN 9789899718623.

F64: GIRÃO, Aristides de Amorim – **Viseu: Estudo de uma aglomeração urbana**. Coimbra: Coimbra Editora, 1925.



**Página 70**

F65: Fotografia cedida pela “Foto Germano”.

**Página 72**

F66, F67, F68: Fotografias cedidas pela Santa Casa da Misericórdia de Viseu, da autoria de José Alfredo.

**Página 74**

F69: <http://purl.pt/4027/1/>

**Página 76**

F70: ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – **O Porto na época dos Alamadas: arquitectura, obras públicas**. 2 vols. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1988/1990. ISBN 972605026X

F71: NONELL, Anni Günther – **Porto, 1763/1852 : a construção da cidade entre despotismo e liberalismo**. Porto: FAUP publicações, 2002. ISBN 9729483574.

F72: <http://purl.pt/4036/1/>

**Página 78**

F73: Fotografia cedida pela Santa Casa da Misericórdia de Viseu, da autoria de José Alfredo.

**Página 80**

F74: Fotografia cedida pela Santa Casa da Misericórdia de Viseu, da autoria de José Alfredo.

**Página 82**

F75, F76: Fotografias cedidas pela “Foto Germano”.

**Página 84**

F77, F78, F79, F80: Desenhos cedidos pelo Arquitecto Gonçalo Byrne.

**Página 86**

F81, F82, F83: Desenhos cedidos pelo Arquitecto Gonçalo Byrne.

**CAPÍTULO 3**

F88, F89, F90, F91, F92, F93, F94, F95, F96: Fotografias da autoria de Luís Ferreira Alves (cedidas pelo Arquitecto Gonçalo Byrne).

Os restantes desenhos deste capítulo foram cedidos pelo Arquitecto Gonçalo Byrne. As restantes fotografias deste capítulo são da autora.

Todos os desenhos apresentados em anexo foram cedidos pelo Arquitecto Gonçalo Byrne.